

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

SILVA, José Dirceu de Oliveira . José Dirceu I (depoimento, 2007). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (2h 39min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**José Dirceu I  
(depoimento, 2007)**

Rio de Janeiro

2019

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** Temática

**Entrevistador(es):** Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

**Levantamento de dados:** Alexandre Fortes; Marieta de Moraes Ferreira;

**Pesquisa e elaboração do roteiro:** Marieta de Moraes Ferreira;

**Técnico de gravação:** Marco Dreer Buarque; Não há informação;

**Local:** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

**Data:** 12/03/2007

**Duração:** 2h 39min

Arquivo digital - vídeo: 3; Minidisc: 3; MiniDV: 3;

Entrevista realizada no contexto do projeto Memórias dos fundadores do PT, através do convênio estabelecido entre o Centro Sérgio Buarque de Hollanda - Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o CPDOC, da Fundação Getulio Vargas, a partir de 01 de dezembro de 2004, com o objetivo de constituir acervo digital e de publicar um livro desses depoimentos editados.

**Temas:** Ação Popular (1962); Advocacia; América do Sul; Atuação parlamentar; Brasil; Ciência e tecnologia; Corrupção e suborno; Cuba; Desenvolvimento social; Direito; Ditadura; Família; Governo estadual; Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Greves; Identidade nacional; José Dirceu ; Mercado de trabalho; México; Mídia; Migração; Militares; Minas Gerais; Movimento estudantil; Opinião pública; Paraná; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Partido dos Trabalhadores - PT; Política; Pontifícia Universidade Católica; Propaganda política; Reforma política; Revolução Cubana (1956-1959); São Paulo; União Nacional dos Estudantes.

## *Sumário*

Entrevista: 12/03/2007 Origens familiares; a infância em Minas Gerais; a migração aos quatorze anos para São Paulo; a formação escolar; o trabalho como office-boy na adolescência; os primeiros contatos com a política secundarista; o ingresso na Pontifícia Universidade Católica (PUC) para estudar Direito; o início da atuação no movimento estudantil, a partir da proibição do funcionamento da União Nacional dos Estudantes (UNE); o contato com a política através de Luís Gonzaga Travassos da Rosa e Antonio Funari Filho; a aproximação com o Partido Comunista Brasileiro (PCB); a ligação com a Dissidência; a importância do movimento estudantil para o desenvolvimento nacional; as divergências com a Ação Popular (AP); o congresso de Ibiúna da UNE; a sua prisão pela ditadura militar; o exílio no México; o exílio em Cuba; a ligação com Alfredo Guevara; o trabalho em áreas artísticas em Cuba; as influências da revolução cubana; a participação em treinamentos militares; a luta armada no Brasil; a ligação ao Movimento de Libertação Popular (MOLIPO); a institucionalização da cultura da guerra; o retorno ao Brasil; a mudança para Cruzeiro do Oeste- PR e a construção de uma nova identidade; os impactos das greves e movimentos estudantis para a ditadura; a ida à Cuba para desfazer as plásticas; o retorno ao Brasil; o reingresso na vida política e à PUC; o trabalho na liderança do Partido dos Trabalhadores (PT) na Assembleia Legislativa; a atuação no diretório de base e na secretária geral do PT; a candidatura e a atuação como deputado estadual; a importância das propagandas nas campanhas do PT; a atuação como relator do capítulo de ciência e tecnologia; as disputas internas do partido; a eleição e candidatura ao governo em 1994; o convite para organizar um programa contra a corrupção no Instituto da Cidadania; a sua atuação como presidente do PT em 1995; o início da abertura do partido e a política de alianças; a necessidade de uma reforma política; o mandato como deputado federal; as políticas de alianças no Rio de Janeiro; o PT como um partido que precisa de alianças para governar, porque não tem maioria na sociedade; a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002; a opinião pública e o convencimento de que o PT se tornou um partido corrupto; os escândalos acerca do “caixa 2”; a mídia e as opiniões diante da figura José Dirceu; a cassação de seu mandato; a experiência como chefe da Casa Civil; a importância do Brasil em integração com a América do Sul; o Lula como um dos últimos presidentes que foi mais

presente no governo; seu trabalho com consultoria e como advogado; a acusação como “chefe de quadrilha”.

Entrevista: 12/03/2007

M.M. – Deputado, nós queríamos começar essa entrevista recuperando as suas origens familiares, a sua formação escolar, os primeiros anos de sua vida e o seu ingresso na militância estudantil.

J. D. – Eu sou mineiro, por mais que todos...

M.M. – Pensem que você é paulista. [ri]

J. D. – Minha mãe era paulista. Eu nasci na fronteira, a onze quilômetros da fronteira. Meu pai é mineiro. Meu pai era gráfico, tinha uma tipografia. Tipografia Progresso. Eu cresci e vivi em Passa Quatro, uma cidade do sul de Minas, que não é Santa Rita de Passa Quatro em São Paulo; saí com quatorze anos de idade, fui para São Paulo trabalhar e estudar. Fui trabalhar como *office-boy*; mas tive o privilégio de estudar na minha cidade, gratuitamente, primeiro no Grupo Escolar Presidente Roosevelt, que tinha uma qualidade que hoje não temos mais, e depois no Ginásio São Miguel, ginásio de padres Beterminitas, franceses. Convivi, durante cinco anos, com padres de várias nacionalidades: irlandeses, franceses, italianos, portugueses, espanhóis, argentino, canadense. Uma coisa fantástica. E um padrão e um nível de ensino, uma cultura humanista... Cultura francesa, não é. Fui educado no positivismo. Teve uma forte influência na minha formação. Porque eu fui educado no *Tesouro da Juventude*. Em casa, eu fui educado no *Tesouro da Juventude*. Meu pai e a minha mãe liam jornais, convivi com jornais desde criança, com a política. Meu pai era udenista, o sócio dele era petebista, convivi com o pluralismo também; aprendi a conviver com a diferença. Eles eram sócios na gráfica, e tinha a foto do Getúlio e foto do Eduardo Gomes. [risos] Tive uma infância muito feliz; muito curta, não é, porque, com quatorze anos, eu fui para São Paulo, fui para morar em pensão e trabalhar como *office-boy* e...

M.M. – E por que dessa decisão?

J. D. – Porque não tinha segundo grau, o antigo ensino médio em Passa Quatro, só tinha o chamado ginásio. Eu fiz o científico no Colégio Paulistano, da família Pasquali, que era um colégio razoável, bom, em São Paulo; à noite, estudei à noite e trabalhei de dia. Trabalhei em almoxarifado, arquivista, fui, além de *office-boy*, relações públicas,

contabilidade, dirigi escritório. Fiz o que todo mundo devia fazer, aprender a bater máquina com dez dedos, sou um exímio...

M.M. – Datilógrafo. Digitador, agora.

J. D. – Datilógrafo, digitador. O que me é útil isso hoje, para fazer rápido o *blog*, só eu sei. [ri] E também para se comunicar. E participei da vida política secundarista mas não como militante, participei mais como... num grupo que nós criamos lá na Pataguá, comecei a estudar marxismo já lá, antes de ir para a PUC e entrar no Partido Comunista Brasileiro. Esse grupo, eram amigos e companheiros ali do bairro, que eu fui conhecendo, e também do Colégio Paulistano. Mas não fiz militância estudantil secundarista. Uma coisa, inclusive, rara.

M.M. – É. Naquela época, muita gente entrava no movimento estudantil pelo secundário.

J. D. – É. Eu não entrei. Eu cheguei na faculdade, era para mim um grande sonho, e foi uma grande decepção. Por causa da ditadura, o centro acadêmico fechado, o centro cultural fechado, não havia vida cultural nenhuma, pouca vida social, sistema de ensino muito arcaico, autoritário.

M.M. – Você foi para a PUC.

J. D. – Para a PUC. Eu não passei no vestibular na USP, passei na PUC. Tive meu primeiro grande enfrentamento porque queriam que eu declinasse a minha religião. Eu me recusei, alegando que o Brasil era uma república laica. Apesar que eu sou... minha formação é católica, catolicíssima. Meus pais são católicos, eu fui criado totalmente sob a égide da Igreja Católica, o cristianismo, todos os valores da minha família, meus valores, o que eu herdei, o Ginásio São Miguel. Apesar disso, eu, com doze anos, era agnóstico, doze, treze anos, então... Não declinei minha religião e consegui que eles aceitassem que eu não declinasse. E comecei uma experiência nova na minha vida. Minha vida mudou completamente. A universidade mudou minha vida completamente: meu meio social, eu já tinha um nível cultural de formação acima da média, tanto é que eu era dos poucos, no primeiro momento, que tinha o hábito do cinema, do teatro. Depois não, depois, o meu grupo, já no secundário também, era bem desenvolvido. E comecei a fazer movimento estudantil pelo lado do cinema, feira de livro, que estava proibida, e o lado comportamental. A minha

rebeldia se manifestou, naquela época, na roupa, no cabelo, no modo de me comportar dentro da classe, porque eu não levantava quando o professor chegava, eu misturei as meninas com os meninos, porque eram separados, sentavam separados. Coisas que revelavam a minha geração, que era uma geração que tinha chegado pela primeira vez aos cursos noturnos, que começavam também. Eu estudei na PUC de dia, mas não era... Porque consegui um trabalho de assessor jurídico, estudante da PUC de direito, que me permitia; mas a maioria estudava à noite. Então, um curso noturno, morando sozinho, independente dos pais, é uma geração que começa a mudar todos os padrões.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

M.M. – (.....) matemática.

J. D. – Matemática, física, química não. Era geografia e história, história geral e do Brasil, literatura. Então eu já tinha uma... E eu estudei basicamente... Quer dizer, os meus primeiros anos de direito –, que depois, tudo isso foi muito desenvolvido com o movimento estudantil–, minha opção era direito internacional, direito constitucional, direito penal. Já era também uma opção política. Bem do direito voltado para o social e para a política. Depois, o direito administrativo ganhou, hoje, a importância que tem; naquela época, era importante, mas não tinha a importância que tem hoje. Nunca optei por direito comercial, direito cível. Não foi minha... nem administrativo. Não foi minha opção. E eu comecei a fazer movimento estudantil a partir da proibição de funcionamento da UNE – o Decreto-Lei Suplicy de Lacerda, que era o nome do ex-reitor da Universidade Federal do Paraná, que a única obra que fez foi construir um busto para ele lá, que depois nós destruimos, em 67, 68. Participei do plebiscito que repudiou essa lei. Depois participei da Setembrada, que foi o primeiro grande movimento. Eu comecei... Apesar de eu estar na Dissidência, depois, estar no PCB, eu comecei no movimento estudantil pelas mãos do Travassos, do Funari. O Luís Travassos e o Antonio Funari foram presidentes do Centro Acadêmico e da UEE também, que eu fui, depois, presidente também. Mas me liguei ao PCB. Mais por causa da Maria Antonia, do grêmio da Faculdade de Filosofia. Eu sou um caso raro também, que, apesar de ser aluno da PUC, onde eu me projetei mesmo foi na Maria Antonia, foi na USP, foi no grêmio da Faculdade de Filosofia, onde eu tinha uma relação muito profunda com os dirigentes da Dissidência e com militantes da Dissidência. A minha história não é diferente da história dos

estudantes brasileiros que naquele momento migraram para as grandes cidades. Eu vim para São Paulo, que também é um fato raro... Apesar de que na minha família não, porque o Abel Cássio, meu primeiro irmão, veio, eu vim, depois o Luís Eduardo veio, depois o Mário Wilson veio.

M.M. – São quantos irmãos?

J. D. – Nós somos seis irmãos. Somos sete. A minha irmã por parte de pai, que mora em Brasília... São três meninas e quatro rapazes. E eu tenho mais três irmãos. Todos estão vivos. A minha mãe está viva também, em Minas Gerais. Minha história é... Eu tive esse privilégio, que é o Ginásio São Miguel. Considero um marco na minha vida, uma coisa fantástica. Porque, quando eu cheguei em São Paulo, era evidente que eu tinha uma base, uma formação, ótima formação. E o que eu não tinha, a culpa era só minha. Eu tinha dificuldade de redação, tinha dificuldade em português, mas a culpa era só minha. Apesar que eu lia. E só a leitura, como diz o Cláudio Abramo, me corrigiu. Tive que ler muito para superar as minhas deficiências em redação.

A. F. – E chegaste a ficar quanto tempo no PC antes da Dissidência?

J. D. – Pouco. Acho que entre... Porque a Dissidência, nós fazemos a convenção do Comitê Universitário em Itanhaim acho que no final de 66, então... pouco. A Dissidência era muito forte. Nós conseguimos quase dois terços então do... que chamava, não é, Comitê Universitário do PCB, no Brasil todo. Só que as Dissidências, elas se regionalizavam. Rio Grande do Sul, a de Pernambuco, era no Rio, enfim, Guanabara, a de São Paulo, a de Minas, e também tiveram caminhos diferentes: PCBR, POC, VPR, ALN, COLINA. Eu fiquei na Dissidência mas saí da Dissidência. Quando eu fui preso, eu já não estava mais militando na Dissidência, em nenhuma organização. Eu fui preso, eu estava... Por causa das minhas diferenças políticas com a Dissidência na condução da UEE. Porque, no fundo, a Dissidência queria retomar os mesmos vícios, os mesmos métodos que a AP e o PC tinham com relação às entidades. Queriam me enquadrar, queriam que eu tomasse resoluções em assembléia; e eu tinha o ponto de vista que a assembléia é que decidia, que eu tinha que disputar na assembléia como todos os outros, que não podia me usar para isso, porque eu tinha... a minha autoridade, a minha legitimidade, a minha liderança era fruto... evidentemente, também da Dissidência, do apoio que eu tive do PCB, da UEE, tudo – mas, basicamente, era fruto do apoio que eu tinha, que era muito grande, dos estudantes em geral.



A. F. – Existia um conflito sobre a concepção da relação entre o Partido e o movimento.

J. D. – É. Esse conflito persiste até hoje. É um problema sério dos movimentos estudantis, porque esvazia muito as entidades, tira muito a legitimidade das entidades. Nem sempre, porque, às vezes, os partidos também são quem reconstruem e quem retoma as lutas políticas. Então, às vezes é positivo, às vezes, negativo. Como tudo na vida. No caso do movimento estudantil, teve períodos que foi importante o papel do Partido Comunista do Brasil, o papel das Dissidências, o papel da AP. Vamos lembrar que nós, só nos últimos anos, últimas décadas, temos uma situação de não ter que lutar contra ditaduras e golpes militares, quer dizer, contra a proibição da liberdade de manifestação, de organização, de expressão. Então, um pouco, a história do movimento estudantil é a história de lutas contra a ditadura.

[INTERRUPÇÃO DE GRAVAÇÃO]

M.M. – Retomando. Você estava falando das dificuldades...

J. D. – Porque o movimento estudantil, eu tenho sempre dito que é um caso, também, um pouco raro, brasileiro, ele não surgiu da luta estudantil universitária, ele surgiu da luta contra o nazi-fascismo, depois, o *Petróleo é Nosso*, depois as reformas de base. Em 54 é que o movimento estudantil faz uma grande campanha pela reforma universitária; depois vem a greve do um terço, já no começo da década de 60. Mas as origens do movimento estudantil são a luta para a entrada na guerra, pela constituição da FEB, contra a ditadura getulista...

M.M. – É. Lutas políticas maiores do que o movimento estudantil.

J. D. – E *O Petróleo é Nosso*. Depois, ele ganha corpo, e na década de 60, com as reformas de base vinha a reforma universitária, e na luta contra a ditadura militar vinha também a reforma universitária. Que ela chegou a ser feita. O movimento estudantil brasileiro tem também essa particularidade, que ele faz uma reforma universitária na USP, ela é aprovada no Conselho Universitário, ela se transforma num estatuto novo para a universidade; depois, a ditadura rasga, revoga tudo. E começou na PUC uma, também, e várias universidades fizeram reformas curriculares, na gestão, na administração, no poder de deliberação da universidade. E aquilo significava uma grande modernização do ensino

universitário no Brasil. Então o movimento estudantil brasileiro não é um movimento carente de ligação com o desenvolvimento do país e de política para a universidade. Além de ser um movimento comportamental importantíssimo, porque não existiria o cinema novo, o teatro que nós conhecemos, o TUSCA, o TUCA, o Arena, tudo que nós conhecemos... Estou falando mais em São Paulo. É lógico que isso se reproduziu em todas as regiões do Brasil. Porque o Brasil é muito grande, nós não tínhamos... naquele momento, nós éramos muito paulistas, nós não tínhamos... Eu, na verdade, conheci o Brasil na clandestinidade e na presidência do PT. Quando era do movimento estudantil, eu não conhecia o Brasil. Não tinha a dimensão do que é que era realmente o Brasil. Um só, mas grande. Como eu sempre digo. Houve, na verdade, uma... O cinema novo, o teatro, a música popular brasileira, as artes plásticas, isso foi muito influenciado pelo movimento estudantil. Primeiro... Olha, se nós retomarmos os primeiros jornais estudantis de 68, nós vamos ver as raízes das reformas gráficas do *Jornal da Tarde*, da *Folha*, do *Estado de São Paulo*, ou influências daquelas reformas. Eu tive outro privilégio na vida que foi minha relação com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, a FAU, com a geração do Antonio (Deletaro), do André Gouvêa, da Ermínia Maricato; estava saindo a geração de Chico Buarque e estava entrando uma outra geração, a do Ricardo (Otaviano). E essa geração, ela fez uma revolução gráfica na propaganda estudantil. Tanto é que se você pegar os jornais e os panfletos da época, aos poucos... uma revista, inclusive, que nós criamos... Aliás foi um seminário que eu fiz na GV. Eu fiz um seminário na GV, que foi um fato inédito no movimento estudantil porque era considerado reformismo isso, sobre política educacional. Como depois, no PT, eu fiz os primeiros seminários sobre programa de governo, que era considerado um liquidação do PT, entre 81 e 83. Era considerado uma traição. Porque o PT ia tomar o poder; fazia uma insurreição, uma greve geral, ia tomar o poder no Brasil. E eu dizia que não, que precisava preparar o partido para governar; para governar, precisava ter políticas públicas, então precisava aproveitar experiências. Isso vem já da minha cultura lá no movimento estudantil. Então, o movimento estudantil brasileiro, eu considero a geração de 68 do movimento estudantil brasileiro uma... quase uma modernização do Brasil. Colocou o Brasil espiritual em sintonia com o Brasil (fictício). Para fazer uma caricatura, uma figura aí.

M.M. – É. E provocou muitas mudanças no comportamento. Se a gente pensar, aqui no Rio de Janeiro, as grandes passeatas, grandes eventos.

J. D. – E uma coisa importante, quer dizer, no Brasil, nós somos um país... (*Serve o café.*) *Quem quer com açúcar, quem quer com...* Eu, um pouquinho de açúcar porque meus médicos estão brigando comigo, que eu preciso cortar carboidratos e açúcar. Eu estou excelente de saúde mas, médico é assim, medico amigo é pior. Como todos os meus médicos são meus amigos há trinta anos, então eles ficam... A luta pela rua, pela praça, a simbologia de retomar as ruas foi importantíssimo, porque... Depois que acontecem os fatos históricos, nem sempre nós conseguimos ligá-los aos eventos passados. No caso, por exemplo, da vitória do MDB em 74, da retomada do movimento estudantil pelas mãos do *Refazendo*, em 76, pelo DCE da USP, que retoma... que se desdobrou, depois, na... A vitória da oposição, não é. Se não tivesse criado o colégio eleitoral, não tivesse o *pacote de abril*, a oposição tinha ganho. Não precisava ter esperado 85. Mas tinham determinado candidatura em eleições, não é, e não (perder) a eleição. Eu acredito que a resistência à ditadura militar e a ocupação das ruas... Porque, qual eram as duas grandes simbologias da volta da subversão e da corrupção, da volta dos comunistas, da volta do petebismo, do janguismo? Era greve e manifestação de rua. As ruas... Então, nós tínhamos muita clareza disso, que nós tínhamos que ocupar as ruas, que as ruas tinham que ser disputadas passo a passo, mão a mão com ditadura, que para nós era quase uma questão de honra a ocupação das ruas. Evidente que não era só isso. O movimento estudantil de 68, ele tem outras características. Nós acreditávamos nos centros acadêmicos. Quer dizer, nós da Dissidência. Porque, no fundo, o centro acadêmico é o sindicato; e é a coisa mais democrática que existe. Tem a assembléia que decide. Com todos...

M.M. – Eu queria que você falasse um pouco sobre o que é que a Dissidência trazia de novo em relação a essas outras organizações como o próprio PCB?

J. D. – Primeiro, uma compreensão do golpe militar como uma contra-revolução capitalista e autoritária, de cima para baixo, mas uma mudança estrutural no Brasil. Não era um golpe civil, não era uma quartelada como diziam no começo. Não. Nós achávamos que o país estava passando por profundas transformações. O erro nosso era – não tiramos as conseqüências disso e fomos para a luta armada. Se isso era verdade, nós tínhamos que ter tirado outras conseqüências. Nós desligamos a análise econômica, estrutural da formação social com a tática política ou com a estratégia política que nós adotamos e a forma de luta. Segundo é que a Dissidência, dentro do movimento estudantil, a divergência que nós

tínhamos com a AP, as principais diziam respeito à organização do movimento estudantil, às formas de luta e ao papel do movimento estudantil. A AP lança, num congresso, que ela perde, mas dá um golpe e lança um manifesto como se fosse do congresso, a Aliança Operária Estudantil Camponesa, coisa que para nós era... Nós achávamos que não era papel do movimento estudantil. O movimento estudantil tinha que lutar contra a ditadura militar... Depois, nós também renegamos isso na prática. Tinha que lutar contra a ditadura militar, contra a política educacional, portanto ligar a luta reivindicatória com a luta política geral, e tinha que compreender o papel do movimento estudantil, que não era o movimento estudantil que ia mudar ou derrubar a ditadura. Ainda que não é impossível um movimento, um só, produzir um processo que derrube a ditadura, como nós vimos na Europa, na América Latina, várias vezes, ou camponês ou estudante ou professor ou a morte de um jornalista ou um problema no parlamento desencadear um processo político que leva a mudanças importantes nos países. Então, por exemplo, quando veio a proibição de centro acadêmico, qual foi a tática da AP? Boicote. Nós falamos não. Como boicote? Boicote? Rua Visconde de Cairu, no grêmio da Filosofia, no Onze de Agosto. Agora boicote no meu centro acadêmico? A direita vai ganhar o centro acadêmico. Então nós vamos disputar o diretório acadêmico... Diretório, não é, porque, boicote aos diretórios acadêmicos. O que é que era o diretório acadêmico? A ditadura fez igualzinho ao sindicato: eleição indireta, inegibilidade, não pode fazer política, quem dá o dinheiro é a faculdade. Que não era assim. Era eleição direta, fazia-se política, quem dava o dinheiro eram os estudantes. Não tinha dinheiro do governo nas faculdades. Eles criaram um sindicato pelego. Então, nós fizemos o quê? Por exemplo, o meu centro acadêmico, como é que foi meu diretório? Nós elegemos Eduardo ( ) presidente do diretório, ele transformou em DA livre, ficou um ano; um belo dia, nós convocamos uma assembléia, tomamos posse da casa, transformamos o centro que era 22 de Agosto, reabrimos, fizemos eleição na rua, eu fui eleito. Na rua, DOPS, repressão, bomba de gás lacrimogêneo, cacetada. Setenta pessoas, estudantes votaram, nós ganhamos por quase oitenta por cento. Aliás, acho que foi o Maris, Vanderley Maris, que é advogado, que disputou comigo a eleição. Então, essa era uma diferença de tática. Segunda: luta anti-imperialista, contra a guerra do Vietnã. Nós considerávamos que a... (*interrompido por um barulho no local*). O que eu estava falando?

A. F. –Você estava falando da retomada por dentro do...

J. D. – É. Depois, a combinação da luta política com a luta... reivindicatória.

M.M. – É. O imperialismo.

J. D. – De modo que eu dizia o seguinte: não, eu não posso fazer uma passeata contra a falta de professores e tudo e, lá, metade dos oradores falar só sobre a guerra do Vietnã e sobre... Isso é que esvazia o movimento estudantil. Vamos fazer seminários, fazer palestras, exposições, fazer uma campanha contra a guerra do Vietnã. Então, essas... Depois, o seguinte: vamos sair para as ruas. Eles saíam para as ruas e não voltavam, até fazer a manifestação de cinquenta mil, até de quinhentos. Nós falamos, não, saiu e vão voltar, vamos reorganizar. Então, as ruas e a classe, o papel do centro acadêmico, a luta geral e a luta reivindicatória, a luta anti-imperialista e a luta política contra a ditadura, nós tínhamos uma compreensão tática...

A. F. –A mobilização e a construção...

J. D. – Construção do centro acadêmico. Depois nós construímos o grupo dos dez, nós construímos as assembleias com representantes. Porque, na metade da minha gestão na UEE, nós criamos além do conselho, dos centros acadêmicos e DCEs, criamos o Conselho de Representantes de Faculdades, ou seja, um poder paralelo à estrutura de representação que nós tínhamos. A tua faculdade elegia um representante, a dela, a dele, eles iam igual no Conselho, votar igual no Conselho; que era uma subversão disso, na ordem natural da distribuição dos crachás, do poder no movimento estudantil. Como vai acontecer no PT também, por outro problema, agora. O PT está enfrentando esse problema. Como é que ele combina uma expectativa que existe de participação na direção do PT com o poder, que as tendências não querem abrir mão, de eleger os delegados e ter crachás. Eles falam, falam: não, os governadores não têm voz no PT. Mas fala para eles assim: então vamos dar presença dos governadores no diretório nacional, na proporção, vamos criar um órgão que eles têm poder deliberativo. Todo mundo vai ficar contra. Todo mundo que é contra a democracia. Isso vale para os movimentos sociais também. Se você falar, vamos pôr os movimentos sociais... Não, não, não. Porque cada um quer bater teu crachá e quer manter os seus oito, quinze por cento que tem, a proporcionalidade na executiva. Toda essa história. Então, eram duas visões bastante diferentes, inclusive, do Brasil. A AP, na verdade, repudiava a luta armada, porque ela vinha de uma tradição... apesar que depois ela entrou para o PC do B, a AP marxista – leninista. Porque a AP, para se transformar em marxista-

leninista foi uma violência, porque eles eram católicos. Era uma violência, por causa do materialismo histórico, por causa do maoísmo; ainda mais na China, ainda mais na revolução cultural, no maoísmo, que era bastante anti-religiosos, abertamente anti-religiosos. Não é que era materialista, militava, não é. Não era laica, não, era anti-religiosa. Foi, foi uma dificuldade muito grande. Isso aí perpassou todo o movimento estudantil, essas diferenças. O que não tira o caráter e nem as características da AP de ser uma organização combativa na luta contra a ditadura, que mobilizou o movimento estudantil, que radicalizou a luta política no país. Não tira as qualidades nem a história. Isso não quer dizer que a Ação Popular (AP) foi um mal para o movimento estudantil. É, simplesmente, que o movimento estudantil foi crescendo, foi evoluindo, ela não correspondeu. Por isso que nós dirigimos o movimento estudantil. Ela não correspondeu mais à necessidade do movimento. Inclusive por causa dessa questão, que nós sempre demos importância, e que eles nunca deram, que é a reforma universitária, que é a luta reivindicatória, que é o fortalecimento do centro acadêmico, que a ligação da luta política com a luta reivindicatória. E depois, nós fomos para o boicote às eleições de 76, todos nós optamos pela luta armada; muitos optaram pela clandestinidade, que é um absurdo, você deixar a legalidade e ir para a clandestinidade, sendo que você não tinha necessidade, naquele momento, disso. Milhares optaram. Centena. E também, as lideranças todas se filiaram a organizações político-militares. E também, o movimento estudantil já estava sendo obrigado a ir para a clandestinidade, pela repressão, já havia também... já estávamos sendo empurrados para a clandestinidade.

M.M. – Bom. Aí vai ter o congresso de Ibiúna.

J. D. – Eu sou preso no congresso de Ibiúna.

M.M. – Que seria para a sua eleição para a UNE.

J. D. – Eu estava praticamente eleito. É lógico que podia perder, sempre havia o risco, mas era improvável. Não era provável que eu perdesse, até porque eu tinha o apoio do Vladimir Palmeira, eu tinha a simpatia do PCB porque tinha sido do PCB, eu tinha muito boa relação com o Marcelo Medeiros que era do PCBR, que era o outro candidato, ele era muito ligado aqui a nós, no Rio, ao Vladimir. Acho que era improvável que eu perdesse o congresso. Nós fomos presos, ficamos onze meses presos no Forte Itaipu, no Batalhão de Tropas Especiais, lá o BEC, de Combate, em São Vicente, na 16<sup>a</sup>. Delegacia, na Onze de Junho, em São Paulo. Depois o PT teve sede nacional lá em frente. E depois fui para

Quitaúna. Foi a última prisão, que ficou eu, o Travassos e o Ribas. O Vladimir tinha ido para o Rio, vinha para São Paulo... Vladimir estava sendo interrogado. Quando houve o seqüestro do embaixador, nós saímos de Quitaúna para o Galeão. Para o DOPS? Não. Para o Galeão. Saímos de Quitaúna, nem me lembro como é que eu fui para o Galeão. Barbaridade. Só sei que estava no Galeão depois, na marra. Que agora tem o filme, (Eco 56) que conta, retrata bem esse momento.

A. F. – Você disse que nesse momento já estava independente.

J. D. – Já estava independente. Tanto é que, quando eu vou preso, eu levo um choque, porque eu começo a descobrir que muitos dirigentes mentiram abertamente para mim. Diziam que estavam com problema familiar gravíssimo, que tinham que viajar dois meses, na verdade estavam na clandestinidade. Outros diziam que...

M.M. – E você não.

J. D. – Não. Eu estava na semiclandestinidade porque eu já estava com o acorde de prisão e eu andava armado, com segurança, já não dormia num lugar só, porque tinha o risco, também, de me matarem, quer dizer, o CCC, os grupos paramilitares, não a repressão em si. Eu já tinha o costume e o hábito de viver... Porque eu sempre morei em pensão, sempre morei... sempre vivi... para mim não era tão... Eu sempre vivi com muito pouco, muito pouca roupa, muito pouco dinheiro, então eu tinha... E também, assim, o movimento estudantil, a clandestinidade, para mim não foi uma coisa... Que eu sempre vivi, nunca tive quase nada. Estudei e trabalhei, toda essa parte da minha vida. E eu quando saio, na prisão, levo um choque, porque eu descubro que o Paulo de Tarso Wenceslau e outros, o Fleury, Luís Eduardo Fleury, o próprio... depois, voltamos juntos para o Brasil... não juntos fisicamente, mas voltamos juntos, ( ) Gilberto Reis, fui descobrindo que todo mundo era... Eu não, eu não era. Tentaram me soltar várias vezes. A idéia deles era assaltar o jipe que ia de São Vicente para a auditoria militar na Brigadeiro, mas havia uma rejeição muito grande por parte da AP, que a AP não aceitava, chegou a denunciar, inclusive, isso. Uma vez vazou uma operação, por causa desse tipo de divergência. Até que veio o seqüestro, nós saímos. Travassos, eu e Vladimir. Ribas ficou. Ribas, depois, é assassinado e é desaparecido político no Araguaia. Ele foi para o Araguaia. O livro, esse último livro que saiu, do jornalista... daqui a pouco me lembro o nome dele, relata bem isso, a história do Ribas no Araguaia, do Antonio Ribas. Depois, convivi muito com os pais deles, depois que eu voltei para o Brasil,

na legalidade, em 80. E aí, quando eu já fui para o... no seqüestro, a minha idéia já era ir para Cuba, treinar e voltar para o Brasil. Mas eu não era militante da ALN. Tanto é que eu não entro para a ALN. A ALN, lá em Cuba, havia muita rejeição a mim na ALN.

M.M. – Quando você saiu daqui, logo você foi para Cuba?

J. D. – Eu fui para o México. Nós fomos para o México, ficamos lá no Hotel Del Bosque, mas no México era... FBI, CIA, KGB, polícia... Aquilo era um clima muito... Eu até que me dei bem no México, porque eu me relacionei com a vida social, cultural no México, arranjei uma namorada, eu saía, ia a festa.

M.M. – Você ficou quanto tempo lá?

J. D. – Nós ficamos pouco tempo. Acho que não chegamos a ficar... Acho que 19 de outubro nós fomos para Cuba. Se não me engano a data é 19 de outubro. No filme aparece a data. Em Cuba, já mudou, porque eu... comigo tem um fato, essas coisas que acontecem na vida da gente, não é. Quando eu estava dirigindo a ocupação da Maria Antonia, o Otaviani um dia me convidou para ir a casa dele conhecer um cubano. E a Maria Antonia estava com barricadas, tudo. E eu conheci o Alfredo Guevara, que é um dos fundadores do movimento 16 de Julho, que foi mensageiro, comprou armas, arrecadou recursos, viajou pelo mundo, é um grande intelectual cubano; família de anarquistas espanhóis e amigo de infância do Fidel e do Raul. Estudou com eles, tudo. Amigo de infância. E eu conheci Alfredo Guevara. Levei ele para a Maria Antonia, para ver as barricadas, tudo. Depois, o Costa e Silva mandou prendê-lo. Não podia, porque ele estava aqui pela ONU, sob a proteção da França, o avião era francês. Prendeu dentro do avião. Deu um incidente diplomático gravíssimo com a ONU, com a França, e eles, evidentemente, tiveram que recuar, pedir desculpas, tudo. E ele foi embora. Quando eu desci em Cuba com os outros companheiros, ele estava no pé do avião me esperando, o Alfredo Guevara. E aí, tem uma grande amizade, até hoje. Praticamente, cada dois meses eu falo com ele, quando eu vou para a Espanha ou para Cuba, eu visito ele. Ele hoje está já... Fidel tem oitenta. Ele deve ter por aí também, entre setenta e oito. Deve ter setenta e oito, porque ele é mais para o Raul Castro do que para o Fidel Castro. E me tornei um grande amigo dele. Ele era presidente do Instituto Cubano de Arte e Indústria Cinematográfica, grande amigo do Glauber Rocha, todos cineastas brasileiros e dos cineastas da América Latina; ele ficou na UNESCO, depois, muitos anos, na França. É conhecido pela intelectualidade européia. E eu, inclusive, trabalhei no ICAIC uma época. Em Cuba, eu fiz



treinamento militar, basicamente, mas em alguns momentos eu trabalhei, numa gráfica e trabalhei no ICAIC; e depois, trabalhei em profissões que eu queria aprender para voltar para o Brasil. Fui projetista de cinema, trabalhei, para aprofundar mais, na profissão gráfica, que era a profissão de meu pai, aprendi fotografia, aprendi várias... Um pouco para... também, por causa da atividade clandestina, você sempre tem que aprender algumas outras...

A. F. – Mas como é que era essa opção tão definida já, de ir para Cuba, mesmo sem estar ligado à ALN?

J. D. – Porque nós, em 66, 67, tínhamos feito uma opção, na avaliação do golpe militar, que o caminho era uma organização político-militar para fazer a luta armada no Brasil, uma guerra... A coisa do foco, havia... não era uma coisa tão enraizada assim, arraigada, arraigada entre nós. A questão do foco militar. Era mais uma questão de fazer luta armada. Estava bem definido para nós isso, a maioria da minha geração...

A. F. – O exemplo da revolução cubana.

J. D. – É.

M.M. – Mas você já tinha em mente como é que você ia se reorganizar?

J. D. – Não.

M.M. – Porque você tinha saído da Dissidência, você não tinha nenhuma outra organização em mente...

J. D. – Depois eu sou convidado... Aí acontece, como sói acontecer comigo, acontece um fato atípico. Eu sou convidado para ir morar na casa dos vinte e oito, a famosa casa dos vinte e oito, que eu fui visitar em 2005, quando era ministro ainda, com Fernando Morais, com Abelardo Blanco, nós filmamos a casa, eu filmei, fui visitar as pessoas, os vizinhos que eu conhecia nos lugares em que eu morei em Cuba, fui visitar as pessoas que eu trabalhei no ICAIC junto, fui visitar os meus instrutores militares. Eu tenho tudo isso gravado, hoje, está com Abelardo Blanco e com Fernando Morais. E eu vou para essa casa, muito contra a direção da ALN, que achava... A direção lá. Não o Carlos Marighela nem o Toledo nem direção da Europa. Mas lá. Porque já estava de olho no grupo de São Paulo um pouco, da Dissidência, porque achava que era um grupo que podia se transformar num problema, como acabou se transformando no núcleo do MOLIPO, não é, o Movimento de Libertação, que é

uma dissidência da ALN, que é criada nessa casa, e que eu sou um dos membros dessa dissidência, ainda que eu não era dirigente, era soldado, soldado raso. Muita gente pode não acreditar mas já fui soldado raso, fui na guerrilha e foi no MOLIPO, e sei, sou muito bom soldado, muito disciplinado. E eu fui para essa casa. Que era de amigos meus. Os amigos mais íntimos meus estavam lá. O Geoval, o Fleury (Fleury estava no Brasil e lá), o Arantes, o Lauriberto, tinha outros. O João Leonardo da Silva Rocha, que voltou comigo, esse sim, voltou fisicamente comigo. Depois, mataram ele, em 75, na Bahia. Então eu fui para lá. E acabei fazendo treinamento, que era uma coisa, também, completamente absurda porque eu não era da ALN mas fiz o treinamento com o exército, não sei se era terceiro exército da ALN. E fui fazer treinamento militar, fui para o campo, fui para a unidade de tropas especiais, fiz o treinamento militar, tudo. Voltei para a cidade, fiz treinamento de guerrilha urbana. Depois eu fiz clandestinidade. Mas isso é quando eu volto para Cuba em 72, 73. Porque eu venho para o Brasil no final de 71, no começo de 72, eu venho para o Brasil e fico no Brasil um período, fazendo luta armada em São Paulo, no Nordeste. Fico no Brasil.

A. F. – Aí já ligado ao MOLIPO.

J. D. – Já. Eu volto pelo MOLIPO. Até porque a ALN já estava... os grupos políticos já eram... Isso é uma coisa inacreditável.

M.M. – Você vem para o Brasil a primeira vez quando?

J. D. – Eu venho no final de 71. Isso é uma coisa... Para entrar e sair do Brasil pode levar de três a seis meses. Primeiro porque não tinha... O vôo era assim: Havana, vamos supor, ou Islândia ou... Depois tinha Lisboa ou Madri. Mas durante o franquismo e o salazarismo não tinha. Você ia à África, Argélia, alguma coisa, ia à Itália, às vezes, ou à Alemanha, depois ia a Praga, depois ia a Moscou, depois começava a voltar de novo para o Brasil. E também a ida era assim. Eu quando saí em 72, para voltar para Cuba, eu fiz um caminho que é uma coisa cinematográfica. Você leva mais de três meses para chegar em Moscou. Depois, de Moscou, você pode fazer um vôo mais direto, num avião só, que fazia alguma ilha no Atlântico Norte, Canadá e Havana, vamos supor. Ou ia à África e depois fazia uma ilha também, alguma ilha do Atlântico, e Havana. Porque naquela época, vamos lembrar que, apesar que o Franco nunca rompeu relações com Cuba, pelo contrário, sempre apoiou, consolidou, ampliou as relações diplomáticas, políticas, comerciais... O Franco nunca... A Espanha franquista era... Porque era ex-colônia, a linha diplomática da Espanha

franquista era manter relações com Cuba. Nunca houve... Evidentemente que devia ter profissionais fazendo sabotagem. Mas eu digo, do ponto de vista assim...

M.M. – Formal.

J. D. – Não entrou no bloqueio norte-americano. Como o México não entrou também. O México agora, depois, o neoliberalismo, que entra na coisa de... Na verdade foi o Castañeda e o governo do (Fox) que agravou uma situação que já estava um pouco instável antes do governo dele. Eu voltei, voltei pela Colômbia, a primeira vez. Vim por Bogotá. E voltei por Manaus. Desembarquei em Manaus, peguei um avião pinga-pinga, mas quebrou o avião em São Luís... Eu não conhecia Manaus, eu não conhecia...

M.M. – Foi aí que você começou a conhecer o Brasil.

J. D. – É. Se não me engano era São Luís, fazia mais uma escala em Recife. Em Recife eu fiz o meu primeiro ponto aqui no Brasil. Nós tínhamos uma base na região de... entre... Nós criamos uma base, depois, grande ali. Eu vivi, depois, uma época por ali, por Caruaru, comprei armas, levei equipamentos, peguei gente. Já na década depois, e depois, quando eu volto, a outra vez que eu volto para o Brasil. Depois, desci para São Paulo e fui morar em São Paulo, no Brás, na rua Cavaleiro, numa pensão, e fazer luta armada. Se é que dá para acreditar nisso. [risos] Andava armado com uma Braune 9 milímetros, que aliás andei com ela doze anos da minha vida, às vezes, andava com submetralhadora, com... com outro tipo de armamento, e vivia em São Paulo e fazia luta armada.

M.M. – Em 71.

J. D. – 71. Fazia ponto na avenida da Liberdade, que estava fazendo o metrô. Aliás lembrei, numa introdução que eu fiz, eu e vários, comentários, para um filme que o Sérgio Muniz resgatou em Cuba, que é *Você também pode dar um presunto legal*. Que era sobre o Esquadrão da Morte; e depois, a ligação do modelo do Esquadrão da Morte para a Operação Bandeirante, e depois para o DOI-Codi, e como é que a sociedade foi se envolvendo naquilo, a publicidade, os empresários, os políticos. É inacreditável, a publicidade, na época, falava em estourar *aparelho*, na propagando para a tevê, usava a tortura como propaganda. Quer dizer, eles foram...

M.M. – Legalizando. Institucionalizando.

J. D. – Mais que legalizando, foram transformando, assim, foram fazendo a sociedade aceitar a cultura da guerra.

M.M. – É. Institucionalizando.

J. D. – Uma coisa... Nesse filme, eu falo isso, que ele fazia ponto comigo, para me apoiar, o Sérgio (Lobisomem), para me apoiar, em 71, em São Paulo. Eu fiquei. Quando chegou no começo do ano de 72, pela metade do ano de 72...

M.M. – Mas nessa época já estava tudo tão... a repressão já era tão intensa...

J. D. – A situação era muito difícil.

M.M. – E fazer uma luta armada em São Paulo nesse momento era... O que é que você pensava? Essa sua idéia de voltar para o Brasil, o que é que estava na sua cabeça?

J. D. – Não. Primeiro era a idéia que eu não... Primeiro tinha uma idéia geral, uma idéia, um sentimento, uma coisa irresistível, que três militares não podiam me banir do Brasil, cassar minha nacionalidade e decretar minha morte civil, porque eu não existia, não é. Eu falava: não, eu vou voltar para o Brasil; eu não posso aceitar isso. Então, primeiro essa... Segundo, havia quase que um compromisso ético também, uma coisa... era os que tinham morrido, continuar a luta... Havia uma... Havia uma convicção que nós podíamos fazer a resistência à ditadura, a luta à ditadura. Agora era uma avaliação completamente errada. Podia ter até justificativa moral, até tinha, não é, porque...

M.M. – Justificativa moral, certamente.

J. D. – Havia o golpe militar, havia o rompimento, havia toda a ditadura, toda a tortura, o estado policial. Mas, evidentemente que não era uma coisa... Um erro gravíssimo que nós cometemos. Tanto é que nos custou a vida, não é. Eu sobrevivi por pura coincidência, porque eu tive... Eu não conto essas coisas, ainda estou esperando passar... Mas eu tive vários acidentes, incidentes, problemas militares, em São Paulo, que eu podia ter morrido. Não morri por... porque conhecia mais a cidade, que eu era *office-boy*... Uma vez, eu sabia que tinha uma escada ali (pouca gente sabia, dos que estavam) ali, onde hoje é o Shopping Paulista, ali tem uma escadinha que desce na Treze de Maio. Eu escapei, uma vez, de morrer por isso, porque eu sabia daquela escadinha. Só eu sabia ali. Coisas assim. Outra vez,

escapamos porque aconteceu um acidente com o carro que estava nos perseguindo. Coisas assim. Eu estou vivo porque... Essas coisas da vida, não é.

M.M. – Sorte. Não tinha chegado a hora.

J. D. – Depois eu saí. Nós tomamos a decisão, o Vicente, que é José Carlos Cavalcanti, que foi morto depois pela ditadura, me comunica que foi tomada a decisão na direção do MOLIPO, o ( ), os dirigentes, que eu devia sair do Brasil. Aí ele me leva, ele me leva no Brás, porque naquela época saía ônibus para o Nordeste do Brás; aquela sacolona, aquele saco branco que os trabalhadores faziam para voltar, com panela, com tudo, e ali eu peguei o ônibus para Recife. Em Recife, eu mudei completamente, pus terno, hotel luxuoso, já como um alto executivo... Eu tinha treinamento para isso. Fiquei no Hotel Intercontinental, na praia da Boa Viagem, que era o único hotel que tinha, hotel de cinco andares, lindo. Fiquei na praia como turista, já gastando como turista, indo aos lugares de turista. Depois, comprei uma passagem pela TAP para Lisboa e saí. Fiz Lisboa – Frankfurt, Frankfurt – Praga... Ah! não. Porque tem essa outra vez. Eu sempre misturo. Acho que eu fui à Itália. Na Itália, a embaixada da Tchecoslováquia me deu um passaporte para ir para Praga. Exatamente. E de Praga eu fui para Moscou; e voltei para Cuba. Cheguei em Cuba meses depois. Aí fiquei em Cuba, trabalhando, estudando e dirigi... e assumi um pouco a direção do MOLIPO lá.

A. F. – Isso é quando? 72?

J. D. – 72, 73. Aí, 74, final de 74, começo a voltar para o Brasil de novo. Os cubanos não queriam deixar de jeito nenhum, eram radicalmente contrários. Falei, não, vou voltar. Vou viver no Brasil. Então não vou fazer luta armada, não vou me ligar; eu tenho os meus contatos, que era o João Leonardo da Silva Rocha, a Ana (Corbusier) que estava em Salvador, contatos, um pouco, no Paraná, alguns contatos em São Paulo. Eu falei: vou voltar.

M.M. – Mas aí você não estava mais à disposição da luta armada.

J. D. – Não. Não tinha mais...

M.M. – Não tinha mais condição.

J. D. – Não. Aí eu volto. Eu chego no Brasil no dia da Bandeira, se não me engano. Nunca mais esqueço. Eu volto e... Não. A primeira vez é que cheguei no dia da Bandeira. A primeira vez, em 71. Eu volto, vou para o Nordeste, faço contato com a Ana, com João

Leonardo, desço para São Paulo e começo tentar organizar minha vida. E paro em Cruzeiro do Oeste, no Paraná, onde eu parei. Porque eu estava indo para Rondônia, mas Geisel desencadeia uma grande repressão contra o PCB, não é. Aí eu parei onde eu estava. Que é a lei da clandestinidade. Onde eu estava parei. Parei, busquei um contato que eu tinha em Muruarama, não em Cruzeiro do Oeste, e tomamos a decisão que eu fico em Cruzeiro do Oeste, porque tem polícia militar, porque é uma cidade de fronteira, onde andar armado, ter problema assim, estar perseguido pela polícia, você brigou com a família, você tem processo em outro estado, as pessoas não... Não era uma coisa, assim, um absurdo alguém chegar lá, um forasteiro. Era uma região de fronteira. Aí eu comecei a ficar lá. Aluguei uma casa, comecei a mexer com agricultura, aí veio a geada negra, eu comecei... Aí, depois, comecei a me relacionar na cidade, abri uma alfaiataria, porque eu conheci um jovem que era um grande – até hoje, é um grande alfaiate em ( chita ). Falei para ele: eu tenho dinheiro, capital, você tem... Vamos abrir uma alfaiataria. Virou um *point* da cidade a minha alfaiataria. Depois, eu abri uma butique, conheci a Clara, ela tinha confecção, tinha butique, abri uma butique que chamada Magazine do Homem. Levei para aquela região a (Eros, ) pela primeira vez. Abri uma loja bonita, feita todinha de madeira recolhida no mato, não é. Bonita, bonita a loja. Virou um *point* da cidade também. Aí eu virei um personagem na cidade. Ganhei apelido... Quando você ganha apelido é porque está... Casei com a Clara, tive o Zeca como filho; aí abri uma fábrica de confecção. Aí comecei a sair mais, viajar, conhecer, rever o Brasil. Estudei muito nessa época, li muito. Eu tinha que esconder, disfarçar, começava a ler jornal pelo caderno de esportes, não é, porque se eu comesse a ler jornal pelo caderno nacional, todo mundo ficava... Que não era coisa... Abria a loja todo dia, oito, oito e meia... Era uma vida... rica...

A. F. – E você estava sem contatos?

J. D. – Depois de 76. 77, 78 que eu começo a fazer contato. Até 77 não. Nunca entrei em contato com a minha família. Nunca entrei em contato. Eu vinha a São Paulo quase todo mês, fazer compras, mas já entrava...

M.M. – E aí vocês se contactavam?

J. D. – Nada, nada, nada. Com ninguém.

M.M. – Ficou desvinculado totalmente.

J. D. – Eu tinha feito plástica, não é, eu tinha outra...

M.M. – Mudado de cara.

J. D. – Passei a usar óculos, que eu não usava, usei bigode uma época, e fiz plástica no nariz, fiz parte aqui no olho, toda essa parte minha, eu abri *aqui*, mudei toda *essa* parte, abri por dentro, mudei *aqui*... Depois eu refiz tudo, em Cuba, em 79, que eu volto.

M.M. – Você fez plástica para vir nessa segunda vez?

J. D. – Não. A primeira vez. Eu e João Leonardo já tínhamos plástica então, na primeira vez. O João Leonardo ficou aqui. Ele sobreviveu. Ele ficou lá em Pernambuco até 75. Ele não saiu. Nem caiu. Caiu o pessoal de Goiás, o Geoval, o Arno (Pras), vários, caiu muita gente em Goiás. Caiu o que veio comigo, os dois que vieram comigo, um veio viajando comigo, foi morto em São Paulo. Que agora, inclusive, a família enterrou os restos dele, que é o Molina. Flávio Carvalho Molina.

A. F. – Você está falando que os cubanos não queriam que você voltasse de jeito nenhum. Quem eram os cubanos, no caso?

J. D. – Na verdade, eles apoiavam, davam apoio político, material, treinamento, tudo, mas não, nunca interferiram. No caso do MOLIPO, não. No caso da ALN, é mais distante para mim. Porque no MOLIPO eram pessoas da minha relação, da minha confiança; e eu, depois, aos poucos fui... Depois eu fiquei lá, como dirigente do MOLIPO, nessa época, até voltar em 74, 75. Mas eu reorganizei mais, separei quem não era mais da luta armada, porque... também tinha um dado, as pessoas saíam da organização, saíam da luta armada mas queriam continuar com o status. Eu falei que não. Falei para os cubanos, de jeito nenhum. Aliás, eu tenho muito problema, até hoje, por causa disso. De jeito nenhum. As pessoas têm que trabalhar, viver a vida normal dos cubanos, pegar o livreto e trabalhar, se sustentar e viver como os cubanos. Não tem sentido o Estado cubano sustentar.

M.M. – Ficar bancando as pessoas.

J. D. – É. Então, tem que ter trabalho. E também não pode ter os chamados privilégios que teria. Eles nunca interferiram, não. No meu caso, eu sempre tive uma relação diferenciada com os cubanos porque, quando eu cheguei em Cuba, o Partido Comunista perguntou a cada um “quem responde por você?”. O pessoal falava: MR-8, VPR, ALN. Eu

falei: “Eu, quem responde por mim sou eu mesmo, José Dirceu de Oliveira e Silva. Sou eu que respondo por mim. Não tem organização nenhuma.” Porque eu não tinha mesmo, não é. E outra coisa. Eu tinha uma relação, por causa do Alfredo Guevara, também especial com os dirigentes da revolução. E eu fui um dos... acho que outros fizeram, mas não na intensidade minha – que fui conhecer Cuba, fui viver também em Cuba. E eu conheci muito Cuba. Tanto é que eu, em 75, poucos cubanos conheciam Cuba como eu conhecia, porque eu viajei Cuba, convivi com vários níveis da sociedade, conheci vários...

M.M. – Você trabalhava em quê? Várias atividades.

J. D. – Não. Eu nunca trabalhei. Porque eu fiquei clandestino em Cuba. Porque você, para entrar e sair, você tem que entrar na clandestinidade, porque tem infiltração, tem CIA, tem gente do Brasil, nós descobrimos depois que tinha infiltração brasileira, então tivemos que tomar muito cuidado. Porque senão, o primeiro aeroporto que você chega, você é preso. Então... Isso é uma operação também meio de guerra. Mas eu não diria que os cubanos... Os cubanos, evidentemente, concordavam; e cometiam os mesmos erros que nós. Mas não acredito que eles tivessem, no caso do Brasil, da ALN com o Marighela, e da VPR com Carlos Lamarca, é evidente que eles não tinham nenhuma influência. Até porque o Brasil é um dos poucos países onde há toda uma doutrina, se desenvolve toda uma teoria, inclusive, escritos importantes. É que essas coisas todas caíram no esquecimento. O Marighela publica vários livros, vários manuais e toda uma concepção. Que não é muito diferente da concepção militar em geral. Quer dizer, o nosso erro principal foi não combinar a luta armada com a luta política institucional. E ter abandonado a luta social. Além de outros erros, não é, de avaliação, os erros de concepção. Estou dizendo assim para resumir. Então, evidente que estava correto resistir com armas à ditadura; mas foi uma das formas de luta, não a única. E como resistência. Você tinha que colocar como vítima. Nós estamos resistindo à ditadura. Nós fazemos operações defensivas, nós...ou propagandas. Nós criamos uma coisa... GTA – Guerrilha, Terrorismo e Ação. Porque era Grupo Tático Armado. Aí, não sei por que, alguém um dia falou que era guerrilha, terrorismo e ação; e a palavra terrorismo, que era uma palavra... aquilo ali é uma palavra, ainda hoje...

M.M. – Pesada.

J. D. – Virou uma coisa, para nós, como se fosse a... Então a imagem também. Tanto é que a propaganda da ditadura ia nos vender como comunista, como terrorista, corrupto,



subversivo, porque já vinha da cultura de 64. Mas na verdade, em 74, já o povo dá uma volta, já dá uma votação que já era o sinal, e as greves e os movimentos estudantis começam 76-7; se você pensar em 69 e 74, são só cinco anos. Quer dizer, se nós tivéssemos feito uma combinação... Quer dizer, houve, na verdade... Lógico que a luta armada também teve seu papel, porque ela também manteve a ditadura numa posição que, talvez, se não tivesse nenhuma resistência, ela poderia ter se consolidado mais. Isso aí é difícil, isso aí o tempo vai analisar. Mas foi um tempo que passou muito rápido na minha vida. Parece incrível mas passou rápido. Depois começa uma outra vida. Quando eu saio...

A. F. – Pois é. 79.

J. D. – Em 79 eu saio do Brasil. O que eu faço em 79? Eu já vi, percebi que a anistia vinha, comecei já... como sempre eu faço, (quando percebi que vinha minha cassação, comecei a tomar todas as providências também) comecei a tomar todas as providências para mudar minha vida. Comecei a fazer contatos em São Paulo, já comecei a procurar lugar para morar, já comecei a pensar como é que eu ia para Cuba, já mandei buscar um passaporte meu, mandei um apoiador meu ir ao Peru buscar um passaporte para mim, que eu tinha, que era Mr.Holfe, que era um excelente passaporte, já comecei a pensar em esconder minhas armas – quem quer esconder armas... Depois fui tomar as providências. Mas não tinha anistia ainda. E comecei a pensar como é que eu ia administrar a saída da cidade. Eu tive que fazer uma história.

M.M. – Sua vida pessoal.

J. D. – Além da minha vida afetiva com a Clara e com meu filho, eu tinha que pensar como é que eu ia, na cidade, justificar. Como eu já havia assim, havia já uma tendência de vender, eu já estava dizendo que eu não queria mais ter... isso eu já vinha criando... que eu não queria ter mais a confecção, que eu estava pensando em voltar a investir com a minha família, que eu estava voltando às relações com a minha família... Comecei a criar já uma história. E, em agosto, eu comecei a vir a São Paulo fazer contato. Procurei o Cláudio Abramo, procurei o Paulo de Tarso Wenceslau, procurei a Miriam (Botasso), procurei a Teresa, a irmã do Tônico Ferreira, Teresa Ferreira, que estava grávida, inclusive, da filha dela. Hoje em dia é uma mulher já. E comecei a reativar, comecei a estudar o que é que eu ia fazer, como é que eu ia voltar para legalidade de novo. E já estava no Brasil clandestino. Aí eu tomei uma decisão: eu não vou falar que eu vim para o Brasil, não vou falar que eu vivi

clandestino, eu vou sair ilegal do Brasil. Que era um risco danado. Mas um belo dia, eu fui no aeroporto de Congonhas, apresentei uma passagem São Paulo – Lima, com passaporte falso, e fui para Lima. Em Lima, procurei a embaixada de Cuba, peguei um outro passaporte e saí para Cuba. Cheguei em Cuba, tirei a plástica, fiquei em Cuba uns sessentas dias. Tirei a plástica, me recuperei... Você tem que inventar uma história, porque está sendo operado. Tudo é uma operação. Para não vazar, porque tem muita infiltração, muito serviço de espionagem e tudo. A outra vez nós batemos um trator, eu e o João Leonardo batemos um trator, de mentira, não é, aí teve boletim de ocorrência, teve ambulância, levou para o hospital, tudo... Fizeram a operação a partir de um acidente. Que nós fomos trabalhar num lugar no campo, e criamos um acidente para justificar. E agora, também, criamos uma história lá, que essa operação que eu tinha feito há anos, que era a mesma pessoa, o mesmo nome, Daniel, que eu tinha o nome de Daniel... Muita gente em Cuba, até hoje, me chama de Daniel. Porque o Daniel Herrera, que era um oficial das Forças Armadas cubana, que hoje não é mais, tinha outro nome, era... me deu esse nome de Daniel porque o nome dele. Eu vim descobrir isso na década de 80, que o nome dele era Daniel. Eu sou amigo dele até hoje. E convivo com ele regularmente. E eu voltei para o Brasil. E descii em Congonhas, 19 de dezembro, nas vésperas do Natal. Quase que eu não consigo passagem. Aí, até 86, a história que eu contei é que eu tinha ido embora e nunca tinha voltado. Que eu tinha vivido dez anos em Cuba, tudo, tal. Mais ou menos, isso aí ficou assim... Tirando algumas pessoas, lógico, dezena de pessoas que sabiam mas não falavam. Quando eu decidi ser candidato a deputado estadual, eu falei: não, eu tenho que contar. Se eu não contar, alguém descobri, vai ser... pode reverter inclusive contra mim. Então resolvi contar. E contei. Não sei para quem que eu dei uma entrevista.

A. F. – Para o Godoy.

J. D. – Não. É depois que eu dou. Em 91, que eu conto sobre tudo, aí eu conto sobre Cruzeiro do Oeste. Eu só vou contar de Cruzeiro do Oeste mesmo em 91. Eu não tinha contado. Eu só falei que eu tinha vivido no Brasil, mas... Eu usei, inclusive, eu passei a usar barba, que me arrependo amargamente, não devia ter usado nunca, por causa de Cruzeiro do Oeste, para proteger as pessoas que eu falei nele aqui. Eu não sabia o que é que ia acontecer em 81, 82. Já tinha atentado, tinha reação dentro das forças armadas, podia ter tido ali um contragolpe. Eu falei, não vou revelar nada que eu fiz lá enquanto o país não democratizar

mesmo. Aí, em 86 eu revelei. E tirei a barba só em 96, quando eu saio com a minha filha, a Joana Saragosa, que está com dezoito anos agora, eu saí, em 96, há dez anos atrás, ela tinha oito, para o apartamento da mãe dela, e uma senhora fala: “Vai passear com o vovô, é?” E ela falou, indignada, “é meu papito, sua bruxa, não é meu avô nada”. Eu falei, sabe de uma coisa, eu vou tirar a barba. A outra semana, eu tirei a barba, nunca mais usei barba. E realmente, eu estava dez anos mais envelhecido. Eu tenho 61 anos, então, naquela época, eu tinha 51 anos e não parecia, eu estava... Eu tirei a barba...

M.M. – Aliás, você não parece que tem 61 anos.

J. D. – É. Eu vivi... Mas é que essa vida minha em Cuba, essa vida minha aqui no Paraná me preservou muito, já que eu aceitei, minha cabeça estava boa. No começo não, eu sofri muito quando eu cheguei em Cuba. Tive problemas graves. Quase fiz terapia. Tinha depressão. Que foi muito difícil para todo mundo, não é.

M.M. – É, certamente.

J. D. – Sair, ir para a luta armada, para aquele acampamento, ficar oito meses fazendo guerrilha, treinamento; depois, viver sozinho, uma solidão muito grande. Porque depois foi... cada um foi... Apesar que eu tinha muitas relações em Cuba. Eu sempre fui muito bem tratado, inclusive, sempre gostaram muito de mim, eu sempre tive... onde eu morei, a vizinhança sempre assim... Tanto é que eu volto lá, é festa total. Os lugares em que eu morei, sempre fui muito bem tratado pelos... pelo povo, não é. É por isso que quando eu tomei posse como ministro, no primeiro governo do Lula, eu fiz questão de fazer homenagem, um agradecimento, não só ao Fidel, o presidente de Cuba, mas ao povo de Cuba, porque, realmente, eu... até hoje, quando eu chego lá, eu tenho o maior... Eu tenho uma relação afetiva muito forte com Cuba. Eu tenho... para mim foi, foram anos da minha vida, muito difícil, em que eu fui... a solidariedade foi muito grande. *[FINAL DA FITA 1]*

M.M. – Vamos voltar. Como é o seu reingresso, então, na vida política?

J. D. – Longo. Lento, seguro, gradual e muito difícil. Porque eu levo um choque, não é. Eu volto, começa a minha crise do meu casamento com a Clara, então, uma coisa difícil para mim, eu tinha um filho, separar, não separar, foi um sofrimento muito grande para nós dois a separação. Mas não tinha, eram dois mundos, duas vidas que não se encontravam mais. Felizmente, nós nos reencontramos nesses anos todos, somos amigos, tudo, meu filho, uma

ótima relação. Eu passei o ano novo agora com ela; com ela, com meu filho e com minha neta, em Camburiú, na praia, que ele tem apartamento lá; fiquei numa pousada lá, bem simples, com eles e com uma das minhas filhas, que a outra vinha aqui com o namorado.

M.M. – Quantos filhos você tem?

J. D. – Tenho três. E tenho três e três mães. O primeiro casamento, que é a Clara, o segundo, que é a Ângela, com a Maria Rita eu não tive filhos, e tenho um filho com a Marta Ramos, que eu tive, com a minha namorada, tive uma filha, que é a Camila, que está ótima; está com dezessete anos. Eu tenho relações boas, felizmente a vida me deu essa... As minhas ex-mulheres todas, eu tenho boas relações. E foi muito difícil para mim me reintegrar também. Voltar para a PUC, fui fazer o básico, que não tinha na minha época, que era uma coisa que para mim era um... Depois me dispensaram, porque eu comecei até a atrapalhar, não é. Os professores falaram: você está... Aqui você não ajuda, não é. Aí me deram... Na prática, me fizeram um exame, me fizeram um exame e me passaram. Eu não tinha que assistir as aulas no curso básico. Porque tinha... Aí fiz o primeiro, segundo, terceiro... o terceiro, o quarto e quinto anos de direito.

M.M. – Mas você foi persistente, de voltar e fazer. Porque muitos militantes dessa época, quando voltaram, não conseguiram.

J. D. – Veja bem. Eu fui ser auxiliar... Eu fiz seleção de datilografia para passar, muitos se recusaram, eu me lembro, eu não vou dizer quem, um dirigente da AP importante que falou: “Não faço isso, isso aí é uma humilhação.” Eu falei: “Eu? Eu estou precisando do emprego. Eu faço, o que precisar aqui eu faço.” Ganhei três salários-mínimos até eu me formar.

M.M. – E você trabalhava onde?

J. D. – Na liderança do PT na Assembléia Legislativa. Eu fui funcionário da Assembléia de 81 a 86. Até me eleger deputado. Até 87. E está lá minha ficha de funcionário. Trabalhei na Assembléia, terminei curso de direito, aí virei assessor técnico legislativo; e me elegi deputado em 87.

M.M. – Mas antes disso? Como é que foi a opção pelo PT.

J. D. – Eu já tinha tomado na clandestinidade, porque eu estava acompanhando as greves e tudo, eu estava em contato já, em 78, 79, já estava em contato, então... As bases nossas assim, que fizeram a avaliação crítica, foram para as comunidades de base, foram para o movimento de carestia, foram organizar o trabalho popular da igreja, Paulo Vanuck... O grupo da ALN mais ligado a mim estava ligado à igreja, estava ligado ao Tortura Nunca Mais... Não... É o Tortura Nunca Mais. Aquela pesquisa do dom Paulo Evaristo Arns. Que são as pessoas que estão aí até hoje. Muitos deles já... Eu me ligo muito a essa gente. É o mesmo pessoal de antes. O Reinaldo Morano, o Moacir Urbano Vilela, o Moa, que hoje está ligado ao Movimentos dos Sem-Terra, que foi marido da Ermínia Maricato, tem um filho com ela, o Paulo de Tarso Vanuck, o Paulo de Tarso Wenceslau, o ex-marido da... que é o... Carlinhos Liechtenstein, tem gente de outros estados, do Rio Grande do Sul. Nós mais ou menos começamos a conversar, e eu defendo, desde o começo, a tese de que nós devíamos ir para o PT. Depois, entre 79 e 81, eu vou defender a tese que nós não tínhamos que ser nem organização nem tendência, como foi a Ala Vermelha do PC do B, foi o MEPE. Que nós, não, nós devíamos trabalhar para que, no PT, unisse a igreja, os sindicalistas, os intelectuais, quem tinha vindo da luta armada e formasse o que depois veio a ser a Articulação dos 113. E hoje é pouco... deu, até agora, na maioria do PT, com exceção de 93 – 95, que nós perdemos a maioria no PT. Eu conheço o Lula através do frei Beto, do Paulo Vanuck e começo a militar no PT, no núcleo chamada *das estrelas*.

A. F. – Você estava no Sion.

J. D. – Eu estava no Sion. Eu sou um dos cento e onze fundadores do PT. O Lula me convidou, eu, Vladimir Palmeira e o Travassos, para ser membro do diretório nacional, eu não aceitei, falei que não, que eu ia para o diretório de base. Eu fui ser membro do diretório Jardim Paulista, cheguei a ser secretário de Organização. Fui para esse núcleo, que é chamado núcleo das estrelas, o pessoal ridicularizava, porque eram as personalidades que se reuniam na ABI e na rua Augusta, os artistas, intelectuais fizeram um núcleo próprio; e os líderes, ex-líderes, como eu, Travassos... O Vladimir veio morar uma época comigo em São Paulo... Comigo não, mas... nós dois juntos, eu ajudando ele a montar apartamento, arrumar emprego, tudo. Eu achava um erro dele, mas, Vladimir tem umas coisas na vida, não é, queria sair do Rio. Não tem nada a ver. Depois, voltou para o Rio, está ótimo, já foi deputado federal duas vezes, foi candidato a governador. Depois, nós tivemos nossos enfrentamentos

políticos também, dentro do PT, principalmente em 98, com a questão da vice da Benedita e o Garotinho, da candidatura dele. Essas coisas. Felizmente somos amicíssimos até hoje.

M.M. – É. Isso não atrapalhou a relação pessoal.

J. D. – Em geral, no meu caso, não atrapalha. Tem exceções. Em geral, eu tenho boas relações com todo mundo, apesar das divergências políticas. E eu comecei a militar no PT. Aí fui eleito para o diretório regional de São Paulo, fui secretário de Formação Política do PT. E me convidaram para ser candidato a deputado federal. Eu falei, não vou ser candidato a deputado. Eu não quero ser deputado. Quero ser militante do PT, quero organizar e construir um partido político. É a primeira vez que nós temos oportunidade de ter um partido como a gente sempre sonhou no Brasil. Por que eu vou me meter a ser parlamentar, se eu tenho experiência disso, de organizar partido, de organizar... Porque eu tinha organizado o movimento estudantil, tinha organizado a dissidência, eu tinha sido secretário de Agitação e Propaganda, de Organização da Dissidência. E tinha organizado também a luta armada. Meu papel sempre foi esse. Eu falei, não vou. Eu vou ficar na direção do PT. Aí fui secretário geral, não fui candidato. Travassos era o nosso candidato. Mas, infelizmente, ele morreu num acidente aqui na praia do Flamengo, no carnaval de 82. Nem eu nem o Vladimir aceitamos ser candidato a deputado federal. Fiz certo, porque eu acho que eu não me elegeria. Talvez me elegeisse. Acho que não me elegeria em 82. E fiquei como secretário.. Depois fui secretário-geral, de 85 a... 83 ou 85? Eu fui eleito em 85, acho, que eu fui eleito secretário geral estadual. Ou 83. Que foi a direção nova do PT, que era o Djalma, o Devanir, a Janete (Pertar), que é deputada federal agora, o Marco Aurélio Garcia, o Eder Sadi, o José Alves Moisés, o Aripo Freire. Era a fina flor, o que tinha de melhor no movimento sindical, na igreja, no movimento popular, na universidade, na esquerda intelectual, dentro do PT, naquele momento. Tirando os grandes intelectuais que não iam ser dirigentes, não é. Mário Pedrosa...

M.M. – Antonio Cândido.

J. D. – Não era o papel. Eu digo assim, aquela direção, ela mudou o PT. Ela é que começa a desenvolver uma série de teses que, depois, vão fazer do PT o que ele é. Inclusive a eleição da campanha das diretas. Foi nessa direção, num encontro estadual, que nós tiramos que estava errado pregar a Constituinte. Porque eu dizia o seguinte, a minha posição: o fim da ditadura militar no Brasil não vai ser constituinte, nós temos que encontrar uma coisa que

sintetize. *Aí, vamos fazer uma campanha por eleições diretas. Depois é que veio eu quero eleger o meu presidente.* Vira a campanha para eleger o presidente. No começo era eleições diretas. Porque eu sempre fui contra a tese constituinte porque me parecia tudo... toda a vez que eu ouvia a discussão sobre constituinte, era tudo apoiado no leninismo, tudo apoiado nas teses trotskistas ou leninistas. Eu achava uma coisa tão... Na observação da luta política social no Brasil, nós fomos chegando à conclusão que a campanha das diretas era aquilo que podia reunir a luta social numa luta institucional e criar uma aliança mais ampla. Acabou dando certo. Eu fui secretário geral, não fui presidente do PT porque havia uma norma que tinha que ser sindicalista; na verdade, eu tinha todas as condições para ser presidente do PT em São Paulo. Eu sempre aceitei, porque eu achava... eu achava isso natural, achava que era legítimo, questão de legitimidade, não é, e também, não achava que precisava ser presidente para fazer o trabalho que eu estava fazendo. Depois eu fui eleito secretário-geral nacional do PT. Mas nunca deu certo, porque... era o Lula o presidente, a direção do PT era o Jacob Bittar, que nunca aceitou que eu fosse secretário-geral do PT. Eu tinha substituído o Weffort, que perdeu a constituinte, não é. E eu, em 91, eu... Apesar que eu fiz um trabalho importante nesses anos todos de construção do PT, em 91 eu tomei a decisão de ser deputado federal, em 90, e me afastar da direção do PT, por divergências. Porque começou a coisa de acabar com as tendências, dissolver as tendências. Eu falei: está bom. Vocês vão dissolver as tendências, vão dissolver a nós; nós vamos perder a maioria no PT, o PT vai cair na mão da ultra-esquerda. É isso que vocês vão conseguir. Foi dito e feito. Em 93, o PT caiu na mão da ultra-esquerda, que chama esquerda no PT hoje, porque nós somos moderados, somos de direita, tudo, no PT. E sumiu, o ultra-esquerdismo desapareceu, até por... eu acho que por aquiescência nossa e por... uma coisa... um erro nosso, porque nós permitimos que ficasse essa coisa, a esquerda e a direita dentro do PT. Se bem que isso não tem importância.

A. F. – E a construção da Articulação?

J. D. – A Articulação surge como reação ao debate político sobre o PT ser partido político ou não, sobre o papel das tendências no PT. Porque, o que é que estava acontecendo naquele momento? Tinha tendência no PMDB, no PDT e no PT, pelo menos duas estavam. A Convergência Socialista e a Liberdade e Luta, na verdade, eram partidos políticos. O MEPE, a Ala Vermelha estava em mais de um partido. O PRC estava em mais de um partido. E, eles se organizavam, e os sindicalistas, os movimentos sociais, o pessoal que veio

da igreja, o pessoal que veio da luta armada, nós íamos de bobo, não é, chegava nas reuniões, estava tudo organizado, nós... E eu, que tinha um pouco de experiência já, e alguns outros que tinham, nós começamos a falar: bem, a gente tem que se organizar. Nós não podemos mais vir a reunião... O PT precisa virar um partido. Porque vamos lembrar que, quando nós instalamos a sede do PT na rua Santo Amaro, ali perto da praça (Lamperon Byghton), o PT foi mudado do escritório do Airton Soares só tirando o material das gavetas; não tinha nem a gaveta, nem essa mesa. Nós tiramos... O PT o que é que era? Não era nem a máquina de escrever nem o telefone, era só os papéis. O PT não tinha nada. Nós criamos a primeira sede do PT. Pode ser que o PT em outros estados como Rio Grande do Sul, pode ter tido um... Mas como São Paulo era setenta por cento do PT... Hoje não é, hoje é trinta, mas naquela época era setenta. (É só uma caricatura. Não é bem assim) Foi a primeira sede que o PT teve. Eu tive um papel importantíssimo nisso. E começamos a organizar o PT. Secretarias. E começar a falar que o PT era um partido. A divergência era essa. Partido estratégico. E que o PT era a direção política de uma luta que nós íamos travar, e não... Que eles diziam que eles eram a vanguarda. Vamos lembrar que naquela época as organizações falavam que eram a vanguarda dos trabalhadores, da classe trabalhadora. Eles eram marxistas-leninistas, e cada uma se avocava com... E também as correntes trotskistas. Bem, as correntes trotskistas, era diferente, porque elas tinham o *entrismo*, tinha a coisa de usar o PT como... como sempre faziam em outros países. A Articulação surge por isso, para disputar a direção do PT e para organizar o PT, e não as tendências. Ainda que agora...

M.M. – Pra fazer frente às tendências.

J. D. – Fazia frente às tendências. E surge também com teorias. Porque a Articulação vai começando a falar em programa de governo, em disputar eleição. Quando eu falei em aliança, a primeira vez, em 1985, gente do céu! Nunca mais me esqueço que era o Eduardo Jorge que dirigia o Poder... Hoje é secretário do PFL. Dirigia o POPOSO. Eles quase me expulsaram ali da praça (Francisco Calisto), do centro cultural que nós criamos, que eu fui um dos principais impulsionadores.

M.M. – É. Porque o PT tinha muito essa postura, desde a eleição de 82, que não ia fazer aliança.

J. D. – A eleição de 82 foi um grande ensinamento para o PT, porque nós quebramos a cara na comunicação, na relação com a imprensa e no programa. Porque... *Vote no 13, o resto*



*é burguês*. E aí foi. Nós não dávamos importância para relações públicas, para marketing político, para publicidade, para relações com a imprensa. Eu me lembro, (coitado, ele pagou um pato) nós convidamos para ser assessor de imprensa do Lula um... Eu não tenho visto mais ele. Um assessor de imprensa que era muito competente, muito estruturado, muito culto. Daqui a pouco eu lembro o nome dele. Depois, desapareceu ele. E ele, coitado, foi uma tragédia, porque ninguém dava a mínima importância, ligava, nas orientações, dos conselhos, nas relações que ele queria estabelecer. Mas nós tiramos todas as lições. Tanto é que, já em 85, a melhor campanha é a do PT, em termos de comunicação, de relações com a imprensa, em termos de mídia, de marketing, que foi a do Suplicy, com exageros inclusive, mas... foi uma revolução na mídia. Quem revolucionou, (não sei se para o bem ou para o mal) no fundo, a comunicação e a propaganda eleitoral no Brasil foi o PT em 85. Depois, virou outra coisa. Depois virou poder econômico. Virou... É aquilo, não é. Tudo, não é. Porque nós... eu, pelo menos, aprendi rápido, inclusive de propor o Suplicy como candidato. Eu falei: aqui, não tem saída, ou nós temos um candidato amplo, um candidato com outra imagem, ou nós vamos repetir 82. Que era uma grande cidade. Nós precisamos mudar. O PT em São Paulo era forte, não é, era um partido que podia ter vinte, trinta por cento de votos. Como teve depois e tem hoje. Então, houve um aprendizado muito rápido. E nós começamos a desenvolver políticas de governo. Por quê? Porque nós tínhamos um movimento social que lutava por reivindicações e tinha os seus programas, tinha os... na universidade, nós tínhamos os técnicos e tudo, nós tínhamos o pessoal na administração pública e nas estatais, nós unimos essas três coisas para produzir políticas públicas de saúde, transporte, habitação. Aí começou o PT a esboçar o que virou depois o modo petista de governar. Mas nessa época, quando eu falei a primeira vez... Eu não esqueço a última assembleia legislativa, eu não esqueço, um daqueles plenarinhos, eu comecei a expor por que era importante a Secretaria de Formação Política do PT, não só formar os militantes, dar aula de economia, ou de política, ou de história do Brasil, ou de papel dos estados, ou de marxismo, mas que nós tínhamos que formar, ter uma política, ter programa de governo, que a experiência de 82 tinha mostrado, você não pode apresentar uma plataforma, como a primeira plataforma do PT – *Terra, Liberdade e Trabalho*, ou que vai fazer reforma agrária, que vai acabar com a Lei de Segurança Nacional, vai dar liberdade sindical, vai fazer reforma urbana. Não pode ser. Tem que ter programa para o município, para o estado. Porque o Brasil estava mudando, agora tinha eleições, tudo... Gente do céu! Parecia que eu estava... parecia que eu era assim...

M.M. – Um ser extraterrestre.

J. D. – E mais. Um cara infiltrado, um provocador, um cara da direita. Nunca mais me esqueço da reação. Mas a reação, na verdade, era a reação das tendências organizadas, não era da média dos participantes. Porque as pessoas já sentiam essa necessidade. Os vereadores, os poucos que nós tínhamos, e os militantes já sentiam a necessidade, que, para dialogar com a sociedade, para fazer política... E outra coisa. E o PT tinha parlamentares com excelentes propostas de políticas públicas, mas isso não virava política do partido. E começou ali... Foi a Secretaria de Formação Política de São Paulo que abriu a discussão sobre políticas públicas no PT. Que depois, cresceu, o PT teve vários... teve avanços e recuos, tem momentos que isso é... que o partido abandona totalmente também. Isso é... partido político é...

M.M. – Uma coisa que eu queria te perguntar. Como é a sua experiência como deputado? Você foi sempre uma pessoa na organização, militando nas organizações dos movimentos sociais; e chega um momento que você vai ser deputado.

J. D. – Eu fui um deputado estadual acima da média. Eu fui um bom deputado estadual e um bom deputado constituinte, sem falsa modéstia. Porque eu me dediquei à ciência e tecnologia, um pouco à universidade. Eu, inclusive, fui relator do capítulo de ciência e tecnologia, inclusive, da porcentagem para a universidade. A Fundação de Pesquisas e Amparo (Amparo à Pesquisa) de São Paulo fomos nós que preservamos também. Até foi uma luta. Eu me dediquei à segurança pública, que é uma coisa que pouca gente sabe, eu fui vice-presidente da comissão, foi um tema... a unificação da Polícia Militar. Todos os problemas que nós temos hoje nós debatíamos já naquela época. Me dediquei a segurança pública. E fui um deputado da construção do PT. Quer dizer, eu, meu mandato estava a serviço, eu organizei o PT no estado inteirinho. Tanto é que, até hoje, na região de Osasco, na região de Presidente Prudente, na região de Ribeirão Preto... Eu ganhei a prévia de governador, dez anos depois, graças a isso, porque eu fundei o PT, praticamente; eu percorri o estado de São Paulo inteirinho organizando PT, como deputado. Porque eu era secretário-geral do PT, então, eu combinava as duas coisas. Mas o meu mandato de deputado teve também o antiqercismo, foi uma marca dele, eu era visto como um principal adversário, na Assembléia, do Quércio. Eu acho uma bobagem isso, essa coisa de anti, anti-ACM... Hoje, eu acho que... Você tinha que fazer oposição ao Quércio, fazer oposição ao ACM e tudo. Mas você transformar essa coisa numa... Porque depois, as coisas mudam, a política muda, e você

continua naquela coisa; e o povo não está te acompanhando porque não tem a mesma compreensão que você tem do fenômeno. Acho que é importante fazer oposição ao Quécia, fazer oposição ao Maluf, fazer oposição ao ACM; mas essa coisa de você transformar aquilo numa...

M.M. – Na meta maior.

J. D. – É. Você perde...

A. F. – Se definir em oposição.

J. D. – É. Porque as coisas são mais complexas depois. Nos estados também. Lógico que é importante derrotar o ACM, eleger o Jacques Wagner. Mas vê que o Jacques Wagner não transformou a campanha eleitoral dele, nem a anterior nem essa, num anticarlismo. Apesar que ele fez uma aliança anticarlista. Mas o discurso dele, o diálogo dele...

M.M. – É uma coisa proposital.

J. D. – Lógico. Nós nos perdemos muito, um pouco, eu mesmo.

M.M. – Porque o PT passou um tempo que era muito mais uma coisa de não a isso, não àquilo outro do que...

J. D. – O que levou a Erundina a cometer um erro também, que é *o PT que diz não*. Aí já é o outro extremo. Tanto é que ela não conseguiu nem convencer a militância nem a opinião pública petista que aquilo estava certo. Teve que recuar. Foi ruim. Porque aquilo já entortou a campanha dela também. Já criou problema com o Chico Malfitani, o cara de comunicação; e eu acabei pagando um preço: que eu era o principal responsável pela rejeição àquilo. E nem era bem assim. Mas, comigo, no PT, eu pago pelo que eu faço e pelo que eu não faço. Então, eu paguei, aí também, um pouco. Apesar que eu sempre tive relações boas com a Luiza Erundina. Na verdade...

M.M. – Esse aí é um grande momento.

J. D. – Ah sim. Porque é o momento que o PT começa a desenvolver políticas públicas, começa a se organizar como partido, ganhar musculatura. Apesar do debate entre núcleo e diretório, eu sempre defendi que o partido devia se organizar territorialmente, por diretório, por município, independente de que deve e pode ter núcleo setorial. Mas a idéia de um partido só de núcleos, num país institucionalizado, democrático, federativo, que a

participação da população na política é de cinco, dez por cento, você achar que vai organizar o partido, vai organizar a sociedade em núcleos, eu sempre considerei uma idéia errada. É outra coisa que... deve e pode ter núcleo.

A. F. – Quer dizer, a mudança de concepção que vai dar no 5º Encontro.

J. D. – É. O 5º Encontro faz a mudança. O 5º Encontro é o momento especial do PT, porque ele é uma revisão, na verdade é uma... praticamente, o PT se encontra com o Brasil. Porque, no fundo, o PT, a esquerda trouxe para o PT uma teoria que não era compatível com o próprio Brasil, com o próprio PT, que era a teoria revolucionária e a visão do Estado leninista, e a teoria revolucionária. O 5º Encontro rompe com isso. Depois, o 1º Congresso, rompe a direita com isso. Por isso que há uma reação e nós perdemos a direção em 93. Quando eu volto para o PT em 2005, eu faço, de certa maneira, sob a minha liderança, é feito um ajuste de conta com 5º Encontro do PT e com o 1º Congresso do PT de 91. Em 95 nós começamos a construir uma outra fase do PT. O 5º Encontro significa o quê? Que o poder apenas não se toma, mas também se constrói, que socialismo se constrói, que o PT é um partido democrático, que o PT assume a luta pela democracia, que o PT tem programa de governo, que o PT vai fazer aliança. Porque ali nós já começamos a falar em aliança. Acho que o PT resistiu e que as tendências impediram que nós fizéssemos aliança.

M.M. – Mas em princípio criavam muitas barreiras a essa proposta.

J. D. – É. Elas eram um pouco também... Por exemplo, a Força Socialista, o ex-MEPE, contra o carlismo, eles fizeram aliança, que nós proibimos inclusive, com o PSDB.

A. F. – É. Nós conversamos com ( ).

J. D. – É. Essa história... Mas eles não aceitavam aliança nacional nem nos outros estados. Por causa de quê? Por causa da luta interna, por causa do controle do aparelho. Porque muitas vezes, no PT, as forças se alinham numa posição política que não é sincera; elas estão alinhadas ali por causa do problema do poder, do controle do partido. Se você for discutir, debater, você vai encontrar naquela força política uma concepção que é mais próxima da tua do que parece. Mas aí que é o jogo da vida política. O 5º Encontro do PT é uma revolução no PT. É uma revolução. Ele muda o PT completamente. É uma grande... Se você pegar hoje toda a concepção que o PT tem de socialismo, até hoje, muito dela, democrática, está ali. E depois, de certa maneira, no 7º Encontro e no 1º Congresso do PT,

que vai se desenvolvendo. O Dulci, inclusive, é a pessoa que mais bem, hoje, tem a memória disso e formula isso. Nós fomos aprofundando uma concepção democrática de socialismo. Eu, evidentemente, tenho uma visão diferenciada, porque eu sempre me concentrei em chegar no governo e fazer mudanças, reformas político-sociais no Brasil. Que acabou se condensando no programa do Lula de 2002, e agora no programa de 2006. Eu sempre coloquei... Eu estou voltando para o tapismo agora, eu estou voltando para o Partidão, de certa maneira. [risos] Eu acho, por exemplo, que o Lula, nesse segundo governo dele, ele tem que cumprir uma etapa, porque, para realizar a mudança que ele quer realizar, nós temos que ter dois partidos que tenham duzentos deputados e quarenta senadores, porque você não vai mudar os meios de comunicação no Brasil, você não vai mudar a estrutura tributária no Brasil com essa maioria que é feita, essa representação que a esquerda tem na Câmara e no Senado. O Brasil... Agora o Brasil está mudando, social e culturalmente. A classe C está virando classe B, a D está virando C e o nível de escolaridade vai aumentar de maneira assustadora no país, porque vai entrar estudo à longa distância por televisão, (autodidatismo), as empresas vão começar... Isso vai virar outro país daqui a dez anos. Aí você vai ter... você pode cumprir uma... Se você criar uma coalizão, tiver força política-eleitoral, tiver capacidade de... os partidos tiveram capacidade para governar, você pode mudar o Brasil mais profundamente. Porque fora disso... O Brasil não é os outros países, onde uma insurreição popular, um movimento popular leve a mudanças. Não é isso que tem acontecido. Apesar... Porque o movimento social e político, no Brasil, foi crescendo e foi levando a acúmulos políticos institucionais, e não a rupturas. E o PT... A expressão disso, a eleição do Lula e a reeleição é a expressão disso. Por isso que quando eu leio um artigo como o do João Pedro Sterling, *A Calmaria*, que ele escreveu agora, o último dele, eu fico estupefato, porque ele está falando para mim de um outro país. Não é o Brasil. Ele está falando de uma entidade que não existe. O Brasil não está ali. É só ler o texto. Até porque ele não fala do governo e nem do Estado. Não existe o Estado e o governo do Lula, o governo do Brasil.

M.M. – Mas vamos voltar um pouquinho.

A. F. –É. Você tem esse papel como secretário-geral estadual, deputado estadual e, num dado momento, você vira uma figura nacional do PT.

J. D. – Eu faço opção de não ser mais dirigente do PT e deputado federal, porque eu vou para Brasília e chego à conclusão que não dá para ser deputado e dirigente do PT, que

são quinhentos e treze. Eu não estou mais em... Nem era 94 naquela época, como é hoje, a Assembléia Legislativa. A Constituição de 88 é que mudou o número de deputados. E eu chego à conclusão que... Eu começo a querer ser líder do PT, candidato a governador. Eu faço uma virada na minha vida. E a CPI do Collor me dá uma projeção nacional. E eu me afasto, de certa maneira, da Articulação e da direção do PT. E acontece a derrota do campo da Articulação no encontro em Brasília, em 93. O Rui Falcão é eleito vice-presidente, depois assume como presidente, e A Hora da Verdade, que depois vira Articulação de Esquerda, mais essas outras correntes de esquerda formam maioria no PT. Formam maioria mas não conseguem governar, porque não têm o Lula, não têm os principais prefeitos, governadores, não têm os deputados. Depois é que eles crescem, a partir de 98. Agora, diminuíram bastante, perderam cinquenta por cento dos deputados. Eles dão um salto de representação parlamentar. Ainda que tinham, em alguns estados, eles tinham peso, como o próprio Rio Grande do Sul. E eles não conseguem representar o PT. A opinião pública petista não reconhece neles a direção também. Que esse é um problema também. Não basta você querer ganhar dentro do PT, no *aparelho*, e achar que isso lá fora, as lideranças dos movimentos sociais... Não adianta querer ser presidente do PT, depois que eu fui sete anos e o Lula, todos os anos, e achar que a militância do PT te reconhece, te dá legitimidade como líder do PT. Você pode ser presidente. Líder do PT é outra conversa.

A. F. – Você diz que se afasta da direção do PT; mas nesse processo de racha da Articulação você tem um papel importante. Quer dizer, pelo menos, você identificava como...

J. D. – Eu sou derrotado. Inclusive, depois, eu tento voltar, eles fazem uma campanha, eu recuo. O grupo do David Capistrano, principalmente, dentro do A Hora da Verdade, faz uma campanha muito forte contra a minha volta. Eu tentei voltar, em 92, 93, para ajudar. Aí eu recuei.

A. F. – Voltar para?...

J. D. – Ao centro da Articulação. Eu escrevo um texto, começo a fazer debates. Mas aí, quando eu vi que não havia... eu me afastei. Vou ser candidato a líder, perco a eleição para o Vladimir, por um voto, mas me componho com ele, viro primeiro vice-líder, fico bem na bancada; e começo a preparar minha eleição para governador em São Paulo. Começo a visitar o estado, desenvolver programa de governo, fazer o debate político com o governo do Fleury, a ocupar espaço na mídia; e disputo a prévia com a Telma de Souza e ganho. E sou candidato

a governador em 94. E perco a eleição. Aí eu me afastei de uma vez. Eu perdi a eleição, fui ser advogado, me afastei da direção. Aí o Lula me convida para organizar um programa na Fundação Perseu Abramo... não, no Instituto da Cidadania, contra a corrupção. E eu percorro o Brasil, fazendo debates e conferências. Como é que a vida, não é. Eu hoje sou considerado chefe de quadrilha no país. [risos] E percorro o Brasil, faço seminários que são um sucesso. Faço em Porto Alegre, no Rio, em Belo Horizonte e em Recife. Faça um internacional. Que é um pouco o balanço, não é, de controle, o papel do Tribunal de Contas, de CPI, o papel de fiscalização do Legislativo, a sociedade civil, um pouco, já começa a coisa de lavagem de dinheiro, legislação que precisa mudar no Brasil, trago gente da Itália, gente dos Estados Unidos. E aí, eu fico, para escrever o relatório final, quer dizer, ele só sai... Mas aí o Lula me chama um dia e fala para mim que tinha conversado, o pessoal da Articulação queria me convidar para voltar para a Articulação para mim ser candidato a presidente do PT no Encontro de Guarapari. Eu falei: Isso é... não tem pé nem cabeça. Vamos perder. Não vou ser candidato a presidente coisa nenhuma. Eu sou advogado, estou bem. Eu quero... Me convida para ser... Eu pensei que ele fosse me convidar para ser presidente do Instituto da Cidadania, que era tudo que eu queria. Mas não me convidou. Convidou para ser presidente do PT. Falei: nós vamos perder. Mas aí eu refleti, refleti, falei: pô, tudo que eu quis na minha vida, sempre, foi ser presidente nacional do PT. O Lula sempre quis que eu organizasse o PT. O Lula sempre falava o seguinte: “A única pessoa que tem capacidade, experiência para organizar o PT de norte a sul, transformar o PT numa instituição política, num partido é o José Dirceu. Mas não dá, porque o José Dirceu...” Aí vinham todos os senões. “José Dirceu é um perigo. Não pode dar poder na mão dele. José Dirceu, ele, na luta política, você sabe, se ele começa, ele vai fazer... Tem muita resistência a ele no meio sindical. Tem que tomar cuidado. Ele tem as relações dele. José Dirceu anda pelo mundo todo, conhece todo mundo. Vamos devagar com ele.” Aí, no fim, ele acabou me convidando. Sem o convite dele, sem o apoio dele eu não teria sido presidente do PT, mesmo depois que eu ganhei, sem o comportamento do Lula, jamais teria me consolidado como liderança do PT.

M.M. – Isso, em 95.

J. D. – 95. Nós vamos a Guarapari, ganhamos por dois votos a tese e por dezoito votos a minha eleição. Por erros, também, da oposição. Porque a oposição, o Plínio de Arruda Sampaio, na verdade, não queria disputar, queria ser candidato... ungido presidente do PT.

Fica o Hamilton Pereira, que é meu companheiro e meu amigo até hoje, que disputa corretamente comigo. Teve aquele incidente, que só ajuda, com o César Benjamin Queirós. Ele faz uma denúncia mas que não tinha sentido porque era doação legal. Mas naquela época, uma empreiteira...

M.M. – Você faz uma denúncia que a Odebrecht...

J. D. – É. Ele faz uma denúncia, como se fosse uma coisa... E não era. Estava declarado que tinha recebido, na campanha do Lula e a minha. Tinha ficado mais para a minha campanha.

A. F. – Que tinha toda aquela coisa das empreiteiras, que parecia mais uma CPI.

J. D. – É, é isso. Quer dizer, mas ele perdeu muito voto, não é, que o ( ), por exemplo, rompe ali com ele; era meu companheiro, tinha vivido tudo comigo, sabia que eu não tinha nada. As pessoas que tinham vivido aquilo, a campanha, sabiam por que a doação tinha saído na minha campanha, todo mundo sabia que eu não tinha nada... não tinha nenhuma relação com a Odebrecht, nunca tinha conversado, não convivi, nada. E aí eu sou eleito presidente. Mas ali já estava consolidado em mim, assim...

M.M. – Essa idéia da abertura do PT e da política de alianças.

J. D. – Tanto é que eu nunca esqueço o que aconteceu, que é um fato. Nós saímos de Vitória e vamos para Osasco, conversar com Lazo Brandão. Por razões que... tinha alguma coisa que tinha que resolver com o Bradesco, não sei se era empréstimo, não sei se era o cartão de crédito, e lá se transforma num grande debate sobre o PT; e eu falo o que eu repeti durante aqueles próximos trinta dias para a opinião pública: vou mudar o PT. O PT vai se transformar numa instituição. Vou abrir o PT para a sociedade. O PT vai ser governo. Não vou aceitar que eleja prefeito, para depois fazer oposição, para dizer que não é governo, só ficar com o ônus... Até hoje tem isso. Ficar com o bônus, não ficar com o ônus. Não. E outra coisa. O PT vai fazer aliança. Nós vamos abrir o PT para a sociedade, o PT vai fazer aliança, porque sem aliança nós não vamos governar o Brasil. E aí começo. E vou transformar o PT numa organização. Eu recebi o PT, na Conselheiro Neder, que não comprava um sanduíche na frente, não tirava uma xerox, não tinha contabilidade. Para falar a verdade, aquela sede era uma coisa... Você não podia levar um visitante lá. E eu tomei a decisão de construir um partido. A primeira luta foi pelo fundo partidário, para ter o fundo partidário, porque eu



sabia, era importante a contribuição dos parlamentares, era importante a contribuição dos filiados, mas em nenhum país do mundo os partidos políticos se consolidam sem a participação do Estado, porque, afinal de contas, é a democracia, da mesma maneira que você financia... Os sindicatos não têm ou a contribuição de assembléia ou do dissídio ou contribuição?... Quer dizer, tem que ter uma contribuição. E o fundo partidário viabiliza uma mudança radical, porque nós fazemos aquela sede...

M.M. – Dá uma estrutura.

J. D. – Não. A sede do PT na Silveira Martins, em 96, 97, para o padrão dos partidos brasileiros, é uma revolução, porque era uma coisa linda. Começo a informatizar o partido, fazer formação política, a Fundação Perseu Abramo é criada, começa a se desenvolver. Muda o PT. Começamos a fazer organização, sedes estaduais, seminários, luta, apoiar lutas, fazer campanha, ter todo ano uma campanha. Muda o partido. E começamos a aprofundar a coisa da aliança, do programa de governo e uma visão sobre o país. Desenvolver políticas. E Lula, ao mesmo tempo, cria o Instituto da Cidadania, que faz, na verdade, uma coisa fantástica, porque são dez anos de estudo, pesquisa. E o Lula se forma. O Lula fez universidade dez vezes melhor do que qualquer uma que nós fizemos, porque ele teve ali os melhores intelectuais, os melhores quadros do país da administração pública, as maiores lideranças do país falando sobre todos os problemas do país. E o Lula visitou e viajou o Brasil e o mundo durante esses dez anos. Então, o Lula fez uma universidade que é uma coisa fantástica. Tanto é que o Lula, quando você conversa um assunto com ele, você pensa que ele não sabe, daqui a pouquinho ele começa a falar, falar. Ele sabe daquilo, conhece. O problema do aço, siderurgia brasileira. Ele sabe, ele conhece, por quê? Porque ele fez um seminário no Instituto da Cidadania sobre siderurgia brasileira, no ano tal, que foram os principais... o Gerdau foi, o outro foi. Ele fez sobre o custo Brasil quando não se falava, só as revistas especializadas falavam em custo Brasil. Levou todo mundo que entendia sobre isso, que é infra-estrutura, tudo. Reforma tributária. Ele fez. E aí você vai pegar trinta, quarenta temas importantes. E depois, o que ele fez de programa de governo e acompanhou, em 89, 94, 98, 2002, com trinta, cinquenta dos melhores quadros, também, que o Brasil tem no campo nosso mas que estão entre os cem melhores que o país tem, em todas as áreas. Então, o PT muda. O PT acumula muita força no movimento social, na relação com o movimento social, no parlamento, nas políticas públicas, o modo petista de governar municipal se consolida, e

começa... Aí entra o debate, se nós vamos fazer aliança. Porque eu começo a desenvolver e nós começamos a debater que as classes populares, se quisesse governar o Brasil, tinha que trazer a questão do projeto de desenvolvimento nacional, a questão nacional e fazer uma aliança com setores do empresariado, para superar a fase dos oito anos do Fernando Henrique e superar a fase internacional do chamado, pelo Conselho de ( ), neoliberalismo. E isso vai se consolidando no PT. Não é verdade que nós... Nunca aprovamos nada no PT que não levasse seis, dezoito, dois anos. Nunca aprovamos nada no PT que não fosse debatido à exaustão com a opinião pública, com a imprensa, inclusive os outros partidos participando. Isso, que passou trator, que era um rolo compressor, que era uma coisa stalinista, que o PT que nós criamos de 95 a 2005 era uma organização leninista, é uma... O papel aceita tudo. Eu não estou entrando no debate mas... vou acabar entrando. O papel aceita tudo. Outra coisa é que teve deformações, teve erros graves, muitas decisões não eram coletivas, se criou muita coisa paralela, e cada um tem que responder por isso. Isso é outro problema. E que teve caixa dois, que não houve responsabilidade, não houve apuração e não houve compromisso, no caso, descompromisso, desresponsabilidade, é um escândalo falar isso. Porque as pessoas estão tendo que entrar na justiça comum eleitoral, as pessoas foram expulsas e desfiliadas do PT, as pessoas estão aí execradas na sociedade, pagaram um preço caríssimo familiar. Todo mundo foi desfilado ou expulso do PT. Todo mundo perdeu todos os cargos que tinha. Todo mundo perdeu o emprego. Essas pessoas todas estão respondendo na Justiça penal e eleitoral. Como é que pode falar que o PT passou a mão na?... O PT reconheceu, assumiu publicamente que fez caixa dois, que nenhum partido fez no Brasil. Caiu a ( ) do Bresser, caiu a casa branca do Serra, com ação na Justiça, e nunca, até hoje, não reconhece a história do Eduardo Azeredo. O PT é o único partido que foi a público e disse: fizeram sim, estava errado, vamos punir quem fez e vamos mudar. Agora tem que mudar, fazer reforma política, se não fizer reforma política é hipocrisia.

M.M. – Não vai mudar nada.

J. D. – É hipocrisia, porque vai continuar. Inclusive dentro do PT, e nos outros partidos. Não é que vai acabar fazendo a reforma política, mas vai acabar o pretexto, a razão.

M.M. – Você vai criar mecanismos...

J. D. – Se bem que eu estou achando que não vai ter reforma política, viu. Primeiro porque a sociedade está contra... está a favor da fidelidade partidária, está a favor da reeleição

mas muito contra a lista partidária. Porque não entende o que é. Ninguém entende a gravidade do voto nominal no Brasil. Eleição no Brasil é a cada dois anos. Nesse momento, os vereadores estão pedindo para você e depois para ele o seguinte: “Olha, eu preciso aqui dois mil reais por mês, olha, você precisa alugar aqui, junto comigo, uma casa, preciso dois carros, viu. Se você não vier, eu vou chamar aqui o Zé Dirceu, ele vai me dar. Eu vou chamar aqui o cara do PC do B ou do PSB. Faço até com o cara do PSDB, hein. Eu preciso...” Então... Virou isso a eleição no Brasil. Então o custo, como a eleição é disputada dentro do partido, um contra o outro, e cada dois anos... multiplica por dez. O PT, se fizer a soma do que o PT gastou legalmente nessa eleição, por exemplo, a campanha do Lula, cento e dez milhões; governadores, vinte e sete senadores, todos os deputados estaduais e federais, você vai chegar nuns quatrocentos milhões – legal. E os outros partidos também. Isso virou dinheiro ( ). Agora, se você põe o voto em lista, isso vai virar dez por cento do que é o gasto. Porque eleição é assim. Governador e o 13. Você vai votar no 13. Todo mundo faz campanha com o 13. Você resolve o problema lá dentro do partido. Que vai ter as regras, como tem no PT democrático, é proporcional. Você põe o primeiro, põe o quarto, o oitavo, põe o décimo segundo. Elegeu treze, você tem quatro na lista. Elegeu oito, você tem dois. Você representa trinta e três por cento do partido. Então é... E não vai mudar muito o que é hoje, não. Porque eu já fiz cálculo, já fiz experiência, já fiz conta com gente que acompanha. Os quinze que foram eleitos em São Paulo agora, se fosse lista, dois podiam estar fora, dois dentro. Mas também acontece que às vezes pode se dar de o cara tem um acidente, tem um problema, ele perde a eleição. Então...

A. F. – Não muda a correlação de força.

J. D. – Nem... Lógico que o partido vai virar uma coisa importantíssima. Filiação em partido, vai ter que ter regras. Mas hoje, sem ser, dá essas brigas todas, essas crises todas nos partidos, então não vai mudar muito; os problemas que existem hoje vão continuar existindo.

M.M. – Mas vamos voltar um pouquinho.

A. F. – Falar do mandato como deputado federal.

J. D. – Meu mandato como deputado federal acabou ficando marcado, o primeiro, porque o segundo eu já faço como presidente do PT, então é marcado mais pela presença do PT, pela minha presença nas articulações políticas do país, no debate mais nacional. Meu

primeiro mandato ficou marcado mais pela CPI do Collor, pela minha atuação, também, na área de segurança pública, que eu mantive na Câmara também, mas não... questão das forças armadas, na coisa de... um pouco a coisa de anistia, os mortos e desaparecidos. Mas ficou mais marcado mesmo pela luta contra o Collor, pelo *impeachment*, e depois na minha relação com Itamar Franco, que começa lá. E a minha visão sobre o governo...

M.M. – Como é que começa essa relação?

J. D. – Porque eu procurei Itamar Franco, como procurei Fernando Henrique, para conversar. Minha avaliação era que o Collor ia ser cassado, que ia ter o *impeachment*, e que o país precisava de uma transição e que Itamar tinha que ser presidente; que o PT não podia dizer “fora Itamar” também. O que acabou fazendo. E pagamos caro. O Lula perde a eleição de 94 não é só pelo Plano Real, começa lá atrás, em Belo Horizonte, quando o diretório nacional... O dia que o diretório nacional do PT aprovou o “fora Itamar, Itamar é igual a Collor”, eu falei para o Lula: “Tu perdeu a eleição de 94. Isso aqui para a sociedade... Nós estamos dizendo para a sociedade que nós tiramos o Collor e agora não vamos apoiar o Itamar? Não é participar do governo dele; mas nós temos que apoiar, para fazer a transição e ter eleição em 94. Como é que pode? Nós queremos tirar o Itamar? Nós vamos tirar o Itamar e fazer o quê? O que é que significa isso? Primeiro, nós não vamos tirar nada. Segundo, isso é um desrespeito às próprias pessoas que nos apóiam”. E foi o que o eleitorado leu, a sociedade leu assim. Isso não é sério, esse partido não é sério. Como é que faz um negócio desse? E pagamos. Não pagamos mais porque o PT é muito forte, muito popular, muito enraizado, é um partido de luta social, então tem força para eleger uma bancada, dobrar a bancada, mesmo de deputado estadual e federal. E o Lula tinha já força para fazer sempre um quinto dos votos, um terço. Senão teria sido...

A. F. – Mas chegou a atingir quarenta e dois por cento.

J. D. – Senão seria um desastre. Podia ter sido muito pior, com aquele erro lá. Então o PT não... Participar do governo Itamar, podia até participar, mas ia dividir o partido. A Erundina, lógico que errou. Expulsá-la do PT, talvez tenha sido um excesso. Agora, lógico que ela errou, porque ela também não podia, individualmente... Aliás, ela aceitou antes da gente... até... quer dizer, acho que não estava nem definida uma posição tão radicalizada do PT, ainda, com relação ao governo Itamar. Eu nunca concordei com isso, evidentemente. Tanto é que, depois, eu mantive as relações com Itamar. Aí vem a história da oposição ao

governo Fernando Henrique Cardoso, que é 95-99, que nós construímos uma aliança com os movimentos sociais, uma aliança com vários setores do empresariado, uma frente de governadores... Tem que lembrar tudo isso, não é. Nós não chegamos no poder, no governo, em 2002, assim: caiu do céu. Houve todo um trabalho, que nós dirigimos... Por isso que eu considero as avaliações que fazem hoje, os documentos do PT, sobre o Campo Majoritário... Porque tudo isso foi produzido no Campo Majoritário, porque as correntes de esquerda eram contra toda essa política que nós fazíamos.

M.M. – É verdade.

J. D. – Então, essa avaliação que faz hoje é de um sectarismo, assim de uma... Quer dizer, a partir do problema que houve com o caixa dois... Inclusive, outro dia falaram, junto com o caixa dois, de sanguessuga. Isso não tem nada a ver com o problema do Lula, nada a ver com o PT. É um assunto do governo anterior. Nem digo que tem a ver com Fernando Henrique, que você não pode falar que tem a ver com o presidente da República ou com o PSDB como partido; mas é um problema do... Nem que o Serra seja responsável porque foi ministro. Não é isso que eu estou querendo dizer, nem posso falar, porque não tenho prova. Eu digo, é um assunto do governo anterior, de erros na máquina do Estado, da política de saúde pública do governo anterior. Não é do nosso. Que continuou no nosso, mas não tem... nem ninguém do PT foi envolvido nisso. Humberto Costa não tem nada a ver com sanguessuga. Nem pé nem cabeça isso. E nós mesmos, daqui a pouco começamos a falar no sanguessuga também. Esses dias, eu li um documento que fala, a responsabilidade... Uma coisa sem pé nem cabeça. Eu considero uma coisa... Como muita gente que assinou são pessoas de boa-fé, é gente respeitável e gente que não está na luta interna, assinou porque tem o desejo... Como muita gente que me condenou, nos primeiros dias, tinha... era uma coisa sincera das pessoas, porque eu sempre fui visto como responsável por tudo. Depois, foi decantando isso, e eu tive o apoio e foi oitenta por cento da militância do PT, em novembro; mas eu, em agosto, eu não tinha apoio nem de trinta, quarenta por cento da militância do PT não. Toda a militância...

M.M. – Recuou.

J. D. – Porque não tinha informação, achava aquilo... que nós tínhamos feito um atentado contra o partido, colocado o partido em risco. Depois as pessoas foram compreendendo que nós tínhamos feito um erro grave mas que aquele erro foi um pretexto

para fazer uma campanha contra o partido, contra o governo, tinha outros objetivos. As pessoas começaram a separar as duas coisas. Então, eu considero que a nossa atuação no governo Fernando Henrique, a oposição que nós fizemos, derrotando fora... não repetindo o erro de Belo Horizonte em 93, derrotando a proposta, primeiro, da renúncia, que o partido levantou, que virou *impeachment* ou “fora FHC”, nós derrotamos em Belo Horizonte isso, foi determinante para o Lula ganhar as eleições de 2002. Se nós entramos no “fora FHC”... Imagina! Em 99, com aquela crise que o país ia entrar. Então... A construção da relação dos movimentos sociais, as marchas que nós fizemos em Brasília, o apoio ao Movimentos do Sem-Terra, o apoio à CUT, apoio à Contag, a coisa de assumir que nós éramos governo e fazer aliança nos estados... Nós aí começamos a fazer aliança nas prefeituras e nos estados.

M.M. – Mas foram complicadas essas alianças. No Rio de Janeiro, foi complicado.

J. D. – Não. No Rio, qual é o problema?

M.M. – Fala um pouco disso. Você ficou sendo como um pivô dessa situação.

J. D. – Mas eu fui. Eu fui. Até porque eu avisei ao Vladimir. “Não faça isso. Não derrotem o Lula, não nos derrotem no Encontro; porque, se vocês nos derrotarem, nós vamos reverter a decisão, nós vamos usar a maioria nacional que nós temos para reverter. Vocês não façam isso. Nós vamos fazer aliança aqui com Garotinho, vamos pôr Benedita de vice e o PDT vai apoiar o Lula.” Brizola foi vice. Isso não ajudou... Nem... Não ajudou...

M.M. – Nada. [ri]

J. D. – Na prática, nem sei se isso valia a pena. [ri] Mas foi uma decisão política que nós tomamos. Lógico que tinha problemas no Encontro. Se nós quiséssemos discutir o Encontro pelo lado da legalidade e dos problemas, nós podíamos ter anulado por aí. Mas aí, envolve... isso, no PT, todo partido político, tem muita legalidade, você não pode... Eu preferi fazer pela política, e não pelo regulamento, não pelo regimento interno. Porque o Encontro foi um tapetão danado também. Eles ganharam um pouco no tapetão da Benedita. Tem esse lado. Mas eu não quis fazer isso. Eu assumi a responsabilidade, porque eu achava que era importante e que eles tinham feito uma... E depois, que eu achava que a candidatura do Vladimir era totalmente uma candidatura sem nenhuma perspectiva. Como eu achava agora, (isso não vai poder publicar) mas eu apoiei. Que eu achava... Essa candidatura do Vladimir Palmeira era um... Felizmente o PT todo se uniu em torno dela e elegeu os

deputados federais e estaduais. Não houve... E a Benedita aceitou a derrota para o Senado para apoiar a Jandira. Porque Vladimir, também, teve tudo que... Também, eu fiz questão de apoiar, para ele ter tudo que ele queria. O vice que ele quis, a aliança que ele quis, a senadora que ele quis, a campanha na televisão que ele quis, todos os recursos que ele quis. Porque, na verdade, ele não teve dificuldade para fazer campanha, não vai poder falar nunca que, em 2006, a direção nacional... eu, particularmente; apesar da situação que eu estava, eu tinha muita influência, muita mobilidade, muita capacidade de ajudá-lo, de ajudar. Isso nunca ficou público, eu nunca deixei aparecer, mas eu tive um papel importantíssimo ali. Como tive, depois, para fazer a aliança com o Sérgio Cabral e para levar o Sérgio Cabral a apoiar o Lula e criar essa relação com o Lula, agora. Porque eu mantinha uma relação com Sérgio Cabral durante todo o primeiro turno, relação boa. Porque mais ou menos... Era muito difícil que não fosse ele para o segundo turno contra alguém. A gente não sabia quem era.

M.M. – Mas José Dirceu, vou lhe perguntar uma coisa. Você, inclusive, mencionou isso agora. Quer dizer, que está ( ) no PT. “Mas eu agora não sou nada, imprestável, sou isso, sou aquilo, sou aquilo outro, mas posso falar o que eu quiser.” Mas, na verdade, você continua um grande articulador. Você não tem cargo, mas...

J. D. – Sei. Isso aí foi uma frase. É que Luís Inácio ( ) gosta de fazer frase de efeito, sabe, de vez em quando.

M.M. – Você também gosta.

J. D. – É. Então ele fala assim: “É. Depois que esse Palocci e José Dirceu saíram daqui melhorou esse palácio aqui.” Fala na frente de pessoas... É o que eu falo para ele: “Vai sair na imprensa.” “Vai nada, Zé.” “Vai sair na imprensa, isso vai dar dor de cabeça para você. Não comigo, porque o senhor sabe como é que... Mas cuidado com o italiano, o Palocci.” Porque eu não tenho esse negócio do antipalocismo, da era do... Tem as coisas no PT, mas a militância do PT não... Acabar com a era José Dirceu. No PT, oitenta por cento da militância olha isso, fala: queremos José Dirceu de volta. Eu é que não estou para isso. Mas se eu estivesse, a conversa ia ser outra. Dito e feito. Saiu uma matéria tremenda. Eu falei: “Não falei para você que ia sair?” ( ) “O que José Dirceu pensa que é?” Escreveu aqui no blog dele. Ah! eu fiquei pe da vida. Mas... deixa ele. A primeira vez que estou com uns jornalistas conversando... fala: “É, o Lula disse quem é você para...” Eu falei: “Então. Eu não sou deputado, não sou ministro, não sou dirigente do PT, não sou nada, por isso que eu posso

criticar. Se eu fosse, eu devia lealdade e obediência a ele, como sempre fiz. Mas agora não sou, ele vai ter que me ouvir agora.” E alguém contou para a *Veja*, acabou saindo na *Veja*. Quer dizer, eu também não pedi muito *off* para isso, não. Não. Eu não tenho o papel...

M.M. – Mas eu digo assim. Você está mencionando, por exemplo, essa própria articulação com Sérgio Cabral. Como é que isso funciona e espera, como é que é essa inserção sua?

J. D. – Não. Hoje, eu já faço mais com a direção do PT, nos últimos meses; mas antes não. Eu fazia, pelas relações que eu tenho e pela audiência que eu tenho, não é. Eu, por exemplo, fui ajudar a Vilma Faria, porque ela não pode perder a eleição no segundo turno; então, corri lá para ajudá-la. Ela ganhou. Eu ajudei Eduardo Campos, que era um... ( ) a candidatura de Roberto Costa, você não pode ( ). Era um erro. Porque ele estava... a rejeição dele, no segundo turno, ele podia perder a eleição. Então... Como é que nós vamos... Essas coisas, eu não tenho petismo nessa hora. O que interessa para mim é o governo do Lula, é o país. Eu sempre falo: eu sirvo ao Brasil e ao senhor; sirvo ao Brasil e ao presidente Lula. Eu nunca deixei de pôr o Brasil. Porque primeiro é o Brasil, os interesses da política mais a nível estratégico, depois é o PT, o Lula, o governo. A coisa da eleição nesse segundo turno, tinha eleições estaduais que estava errada a política do PT. O PT, por exemplo, não pôs o vice para o Requião no Paraná. Quase que o Requião perde a eleição. Então... Porque um partido que precisa de aliança para governar porque não tem maioria na sociedade... É só por isso que nós precisamos. Se o povo desse cinqüenta por cento dos votos a nós, como deu para o PMDB em 86, nós tínhamos maioria na Câmara e no Senado. Ele tem que dar demonstrações para a sociedade que ele apóia as outras forças que o apóiam. Não dá para nós não apoiar o Brizola em 90. Brizola apoiou o Lula em 89 no segundo turno; chega em 90, eu defendi o apoio ao Brizola, o PT dá as costas para o Brizola. Eu não quero nem dizer que, depois, a gente tem que apoiar o governo do Brizola. Podia ir para a oposição depois. Apoiou, está eleito, formou o governo... Não dá para apoiar esse governo do Brizola, não. Nós vamos para a oposição. E o PT tem que aprender outra coisa também. O PT quer ser governo assim: esse é o governo; aí chama as forças para participar, e a política é nossa. Aí nós queremos ir no governo do PDT, do PSB e não queremos que a política seja a do PDT, do PSB, seja a nossa. Aí o cara fala: nós vamos sair. Aí a tendência fala: “Nós vamos sair. A política de saúde desse cara aí não é a nossa, não.” Mas você está na educação. Faz a política do PT na



educação. Ganha a sociedade, mostrando... E deixa ele fazer a política dele. Discuta. Dá tua opinião. Fala para o governador, fala nos fóruns do governo – olha, está errado, por isso... Mas não vai romper com o governo porque a política de saúde está na mão de um cara que é meio conservador e faz uma política que não é política pública da esquerda, não está na concepção nossa de política de SUS, tudo. Que também tem seus problemas mas... tudo bem. Eu sempre combati isso, continuo combatendo, no PT. Agora, começa: nós vamos sair do governo Sérgio Cabral. Mas vão sair por que do governo Sérgio Cabral? Não, porque Sérgio Cabral entregou aquela secretaria para aquele cara... Falei: Gente! Não é possível. Vocês querem construir uma coalizão no Brasil, uma aliança que é popular, empresarial, com vários partidos, para levar o país em vinte anos para frente, desse jeito? Vai sair do governo porque Sérgio Cabral nomeou um cara para a secretaria não sei do que, para a Cedae, que o cara faz uma política de direita lá. Mas isso é da natureza do governo que ele tem, coitado. Se ele não fizer isso, ele não governa o estado. Cuida da nossa política do meio ambiente, da nossa política social. E onde nós temos influência, que é a educação, com o PC do B com o PSB, vão fazer avançar lá. Porque o governo é quatro, oito anos, não é. Vai...

A. F. – Em relação a isso. Vamos voltar então à campanha de 82. A discussão sobre as alianças, sobre a estratégia de marketing...

M.M. – Mas a campanha de 82...

A. F. – O que é que eu falei?

M.M. – 82.

A. F. – Não. Campanha de 2002.

J. D. – 82, nós todos concordávamos com... (*Falam todos juntos*) Quando chegou em 83, nós falamos: nunca mais vamos fazer a merda que nós fizemos em 82.

A. F. – Estou falando de 2002.

J. D. – Nós todos chegamos à conclusão que nós tínhamos... Aprendemos rápido. E rápido. Nós nunca mais vamos repetir o que nós fizemos em 82. Eu mesmo falei: gente do céu! Campanha eleitoral é outra coisa. Vamos aprender... E eu me lembro do coitado do Arlindo. Arlindo, chamava o jornalista. Era um jornalista importante naquela época. Daqui a pouco vem o sobrenome dele. Pô, como nós tratava mal ele. A gente era desrespeitoso.

Como é que nós fomos fazer aquilo? O cara estava certo, o cara tinha experiência, o cara tinha cultura, que nós não tínhamos, o cara tinha vivido o Brasil de 74, 76, as eleições. Era um ouro para nós. E nós ó...

A. F. – Desculpe. Queria falar de 2002. Todo o processo, desde o Encontro de Recife, a definição da candidatura do Lula até a eleição. Que a gente já saltou um pouco para fatos posteriores, não é.

J. D. – Mas aí já era consequência. Nós já tínhamos um acúmulo de força suficiente no país e no PT e nas forças políticas sociais, e a liderança do Lula já era consolidada. Para nós, o PT... Só demonstra como o PT é um partido democrático e como é difícil as coisas no PT, porque nós quase perdemos algumas votações lá em Recife. E que mostra que essa tese (de) que foi tudo um rolo compressor, que foi uma imposição, que o Campo Majoritário impôs, é tudo discurso para fazer disputa política; porque, lá em Recife, foi difícil nós aprovar cada coisa. Era cinquenta e um e meio, cinquenta e quatro e meio... Mas é que estava consolidado já. Nós tínhamos mais apoio na sociedade do que dentro do PT. Nós tínhamos mais apoio nas forças aliadas do que dentro do PT para aquelas teses nossas, do programa de governo, da aliança, do tipo de campanha eleitoral que devia ser feita. É lógico, com erros e com exageros. Em certos momentos predominou um tipo de marquetismo, um tipo de discurso... digamos assim, embrulhado, que não correspondia nem às necessidades, nem precisava fazer aquilo. Quer dizer, eu tinha a convicção que o Lula tinha ganho a eleição estruturalmente, historicamente. Estava consolidada. Quer dizer, era um ciclo que ia acabar. O PSDB e o PFL não... estavam separados, não é mas, não ganhariam aquela eleição de nós. Não tinham como ganhar. Lógico que um incidente, uma coisa muito grave podia levar à derrota, um erro gravíssimo nosso. Mas a tendência era do Lula ganhar. Como agora, nós vivemos um ciclo, que pode se esgotar, um pouco, que o PT, se superar os erros que cometeu, da crise que teve, se ele conseguir se recupera, se superar, se renovar, ele pode jogar um papel nos próximos vinte anos no Brasil. Mas o PT vai ter que se renovar e se reformar; não pode ser o partido que foi até o ano passado. Isso aí acabou. Como nós, não temos mais nada a ver com ser dirigente do PT, tem que ser uma geração nova. Nós já fomos, já acabou. Não dá. Então há casos, aqui em São Paulo, por exemplo, que é o principal estado, tem que trocar todo mundo. Tem prefeito novo, tem liderança sindical nova, tem vereador novo, tem deputado novo; põe todos esses meninos que estão lá para dirigir o PT. O Edinho, o Felipe, os deputados, esse

Simon Pedro, o Carlinhos, tudo gente nova, vereador aí, põe toda essa geração para dirigir o PT. Lógico que tem que ficar, sempre você tem que fazer uma transição; mas, não dá mais. A direção que está governando o PT há doze anos em São Paulo fez grandes acertos, levou o PT ( ) mas cometeu vários erros. Que é da natureza. O núcleo de dirigentes do PT vai levar anos para se formar, agora. Essa crise do PT, esse congresso aí não vai resolver nada, é o começo, vai levar dois, quatro anos. Essa crise vai se resolver lá por 2009; tomara que resolva antes de 2010. Porque vai... Depois... a crise foi muito profunda. Não tanto pelos erros, mas pela forma que ela adquiriu e pelo embate político que houve no país, porque envolveu...

M.M. – É. Foi um embate muito pesado.

J. D. – A opinião pública se convenceu, uma parte da opinião pública se convenceu que o PT é um partido corrupto. O que não é verdade. E que havia uma corrupção, um sistema, que nós planejamos e organizamos a corrupção. Não tem nada disso. Nós fizemos um caixa dois como todo mundo faz. Uma trapalhada. Mas fizemos, não é. Um negócio até meio ridículo: nós vamos pegar dinheiro emprestado num banco para, depois, transformar em dinheiro ilegal para distribuir para campanha eleitoral e para os partidos políticos. É um negócio que é muito...

M.M. – O PT foi um pouco inexperiente para lidar com essas coisas, não é. Enquanto esses outros partidos...

J. D. – Pô. Geralmente, você pega cinquenta milhões de dez empresas ou de vinte empresas e distribui, ou manda as empresas dar para os partidos. Você dá para o PTB, você dá para o PP. (Não vamos) inventar um sistema... E hoje, tudo isso continua, nas assembleias, nas câmaras, nas campanhas eleitorais. O PT foi o partido que mais fez campanha certa esse ano. Até os empresários falavam: não foram vocês que vieram pedir dinheiro para o caixa dois para nós não, foram outros. Vocês foram corretos. Vocês vieram aqui, entregaram o... (não vou falar nome) não queremos, nós (dois) não queremos. Então até logo, passar bem. Os primeiros que vieram aqui falando na caixa um, por que é que nós não queremos a caixa um? Porque tem que distribuir igual para todo mundo. O problema do caixa um é que todos os deputados candidatos sabem que são cinquenta milhões do partido ou cinco ou quinhentos mil. [ri] E os partidos já chegam... os partidos grandes de direita já chegam falando assim: não dá por cinquenta... Não fomos nós. Nós fomos lá direitinho. “Nós

queremos... Não queremos ( voltar com ) esse dinheiro. Pelo amor de Deus. Tanto é que o Lula declarou cento e dez milhões, gente. Ainda falo para vocês, soma que dá quase quatrocentos milhões. O PT procurou... É um absurdo a gente gastar esse dinheiro em campanha eleitoral.

M.M. – É, realmente, é um...

J. D. – O fundo partidário é um bilhão. O PT fica com cento e quarenta milhões para fazer campanha no país todo. São vinte e sete senadores, vinte e sete governadores, o presidente e as listas nos estados. O PT faz. Porque tudo é mais fácil, a campanha na televisão... Agora o eleitorado, sessenta e dois por cento fala não, cinco por cento só fala sim à lista partidária. Sessenta e dois fala não à lista. Ainda que trinta e oito (por cento) fala sim a perder mandato por infidelidade. O que é uma boa coisa.

M.M. – É. Perder mandato por infidelidade eu acho que é uma coisa importante.

J. D. – Trinta e oito. Nunca imaginei que fosse tão bom assim. Isso é pesquisa da Fundação, já é antiga, não é. Eu pensei que era outra. Mas aí a Maria ( ) me disse que o Gustavo disse que é de 2004. Está no site, inclusive. Até uma pesquisadora amiga minha que trabalha lá no Palácio...

A. F. – É antiga. Eles estão atualizando. Tinham intenção de atualizar isso.

J. D. – É interessante. Olha, a gente pode gravar de novo, se vocês acharem que precisa, porque eu tenho interesse. Faz tempo que eu não gravo essas coisas. E eu sou muito ruim de memória.

M.M. – Não. Você é ótimo de memória. Tem uma memória excelente. Você lembra o nome das pessoas, você tem uma...

A. F. – Eu acho importante também, para a gente, porque muita coisa a gente pode, facilmente, jogar os dados na nota de rodapé depois, o importante é ter esse balanço, essa avaliação, como é que você vivencia isso. Eu até ia te perguntar, em relação a isso. Esse peso todo que recaiu sobre a figura pública José Dirceu, com a crise, acho que ele está muito associado também a uma imagem que foi se construindo...

J. D. – A minha imagem já não era boa no final de 2004. Eu fiz pesquisa. Eu não. Fizeram pesquisa. Nem o PT nem eu. Fizeram, porque eu era uma personalidade pública, o negócio do Valdomiro Diniz... O caso do Valdomiro Diniz já fez um...

M.M. – Um estrago, não é.

J. D. – Um estrago grande. Porque a mídia deu muito destaque. Virou pó hoje, não é. Porque teve dois inquéritos, duas investigações, duas CPI, eu não sou citado, não tem nada, não tem nada a ver comigo. Está tudo provado já. Acabou. Eu não tenho nada a ver. É um negócio... E eu paguei aquele... Talvez por erros também, no modo que a gente tratou o assunto, não é. Mas pelo menos não deixamos fazer CPI. Porque um erro muito nosso foi deixar fazer CPI dos Correios, não é, e depois, dos Bingos. Porque na CPI do Banestado, eles apresentaram todos os requerimentos que apresentaram à CPI dos Bingos depois, igualzinhos. Não provaram nenhum. Porque CPI é uma coisa sempre...

M.M. – Mas você acha que tinha condições de impedir?

J. D. – Não. Porque o PT estava dividido. A oposição se unificou, o PT se dividiu... Porque o PT se dividiu. Uma parte do PT achava que tudo aquilo era verdade, que tinha mesmo que fazer o que a oposição queria, no fundo. Fazendo uma caricatura. E muitos diziam que o PT ia acabar e que o governo do Lula ia cair. A coisa do pós-lulismo e da refundação começou ali. Por isso que há muita reação, até emocional, o negócio da refundação, porque muita gente lembra do dia, setembro, outubro, quando o Boaventura escreve o artigo no *O Globo* do “pós-lulismo”, quando Tarso Genro fala que não vale a pena votar no PT, quando ele fala que... Ele falou para mim, na minha casa, que o governo do Lula tinha acabado, que tinha sido um fracasso e que o PT tinha acabado. Eu dei corda, não é. Ele queria que eu saísse da chapa. Eu até estava admitindo eu sair da chapa porque, também, eu não queria aquele atrito com o PT, porque eu já sabia que a minha luta ia ser dura e longa. Falei, vou consultar as pessoas, tudo. Ele saiu, me fez o favor de contar para a imprensa que tinha pedido para mim sair da chapa. Que era tudo que eu precisava para fazer luta política. Porque também, comigo... Dali eu virei, não é, virei. Ganhei apoio da maioria da chapa e da maioria da militância do PT, em trinta dias, para mim ficar na chapa. Eu abri mão porque pessoas muito ligadas a mim, inclusive afetivamente, como Marco Aurélio Garcia, falaram que não ficariam na chapa se eu ficasse. Então eu falei, quando chega num ponto do Marco Aurélio Garcia, que é meu irmão, falar, é porque eu tenho que sair mesmo. Eu que

estou errado. Então vou sair, vou ficar como suplente, esquece isso. Não vou falar mais. Deixa o assunto desaparecer. Para mim não teve diferença nenhuma. Eu não ia mais ser dirigente do PT mesmo, porque...

M.M. – É. A essa altura, estar na chapa, não estar não era uma coisa relevante na sua trajetória.

J. D. – Não. E hoje, não tem sentido eu ser dirigente do PT. Não ajuda o PT. Porque eu, muita coisa, eu não ajudo, por causa da minha relação com a mídia e por causa da minha situação na opinião pública, certas coisas, eu participar, não ajuda. Então eu preciso ir para outro lado mesmo. Meu problema é outro. É provar minha inocência no Supremo ou conseguir anistia. Meu problema não é ser dirigente do PT.

M.M. – E a sua cassação? Como é que foi isso para você?

J. D. – Eu... Depois que eu não renuncie, eu sabia que a margem de probabilidade de eu ser cassado era mais de setenta por cento, então eu já me preparei...

M.M. – Até quis bancar, digamos...

J. D. – Não. Porque eu achava que era uma maneira de eu me defender, de eu provar, primeiro, que eu não... Porque eu ser deputado com essa acusação, eu seria uma sombra, hoje, lá na Câmara. Hoje, eu...(não posso sair) eu não sou deputado mas... o papel que eu tenho, entendeu, é muito mais do que eu ser deputado. O papel que eu tenho no país (já de novo). Eu fiz o blog, que foi uma coisa correta, eu reorganizei a minha vida familiar e profissional, porque também, aí eu tive que trabalhar, porque eu tenho que ter uma renda para segurar toda a estrutura que eu tenho; que antes era a estrutura de presidente do PT, de deputado. Hoje não, sou eu que...

M.M. – Pessoa física.

J. D. – Tudo declarado, tudo pago, tudo no cartão de crédito, tudo com cheque, tudo registrado, tudo... A minha vida todinha é... Eu estou agora com quatorze meses de investigação da Receita Federal, eles vão me dar agora atestado de honestidade. Cinco anos. 2000 – 2005. Patrimonial, bancário, telefônico. Não acharam nada. O problema comigo é que eles têm que arquivar a denúncia contra mim. Não há como o Supremo aceitar. Se aceitar, vai ser um escândalo. Assim como foi me julgar na Câmara, que eu não era deputado.

Mudou a jurisprudência. Porque antes era assim: você é deputado, virou ministro; você me ofende, eu te processo. Aí você vai no Supremo e fala: eu não posso, eu sou deputado, eu não posso ser condenado. O Supremo vai e... Não. Você não é deputado, não. Você é ministro. Você vai ser processado aqui. Mas você vai ser processado. Tem um suplente em teu lugar. No meu caso, eles mudaram, inventaram uma tese, que o decoro segue... Porque a pressão era isso. Como também, eu ganhei o processo, o processo na Câmara era nulo, e eles não anularam o processo; mandaram tirar as declarações da Kátia Rabelo. Em qualquer tribunal, no mundo todo, aquele processo ali estava anulado. O erro foi... Nós avisamos, eu avisei do erro, eu fiz o requerimento para não fazerem aquele tipo de... ouvirem ela primeiro do que eu. Quer dizer, ouvir eu primeiro, depois ela. É um absurdo. Não pode inverter a ordem. Tem no código, está dito, no mundo inteiro, como é que é o processo. Então, o meu caso, eu já estava... Eu tinha que ser condenado, até porque todo mundo achava que a crise ia acabar. Depois aprenderam, não é. Só se aprofundou a crise depois que eu sai. E quase que foi o Lula. Só não foi o Lula pelo apoio popular, por causa do governo que ele fez. Foi indo todo mundo.

M.M. – Senão teria ido.

J. D. – Ah! foi todo mundo. O filho dele, irmão dele. É que o pessoal esquece que, antes de mim, tentaram pegar o Henrique Meirelles e o José Alencar. Henrique Meirelles foi, quatro meses... Lula teve que transformar ele em ministro. Lembra? E teve que impedir uma CPI. Mas isso são... Achavam que... Eu saí, fui cassado, a coisa só agravou.

A. F. – Como é que foi a experiência de ser chefe da Casa Civil?

J. D. – Ah! foi fantástica. Porque é o que eu queria. Talvez tenha sido até um erro meu. Eu devia ter sido ministro de alguma coisa, presidente da Câmara, embaixador num país importante. Porque eu não sei se era o que Lula queria. Acho que Lula queria mais eu como secretário-geral da Presidência, que é o ministro articulador político, como era antes. Fomos nós que... Por proposta minha e do Lula é que nós mudamos. Para mim foi... Porque na Casa Civil, além da articulação política que eu fazia como presidente do PT e como deputado, eu tinha toda legitimidade para fazer, nós começamos a reorganizar o governo. O Brasil estava sem governo, no sentido que não havia... Os últimos meses, o último ano do Fernando Henrique é... Então nós organizamos a Casa Civil, organizamos todos os conselhos do governo, as câmaras, começamos a definir as políticas setoriais, a da infra-estrutura, os

portos, começamos a preparar o orçamento, primeiro orçamento nosso, que era 2004; a bolsa família foi unificada ali; começamos a definir a política industrial de inovação do país. E eu, na verdade, era secretário de Governo, porque o Lula foi me dando essa função. Acho que a contragosto, mas acabou me dando. Para mim, foi muito importante. Fora que eu participei da política externa... Como eu tinha relações, como o Lula me delegava... E eu fazia as discussões e o debate público. E fiz também a crítica ao governo anterior. A herança maldita, fui eu que usei essa expressão pela primeira vez; que, aliás, foi um militante que me disse, se nós não íamos... Porque eu dizia o seguinte. Nós não podemos fazer CPI, não podemos fazer devassa no governo Fernando Henrique, não podemos. Isso é um absurdo para o país. Agora fazer o balanço político e social e fazer a cobrança, nós temos que fazer, senão você perde a disputa. E eu comecei a fazer. Apesar da pressão para mim não fazer. Então... Agora, talvez... Em outubro, novembro, eu cheguei à conclusão que eu não podia ficar com as duas funções, em janeiro eu deixei. Hoje, a mídia diz que eu cai por causa do caso do Valdomiro, mas eu tinha saído um mês antes. Não é verdade que eu deixei a articulação política por causa do caso Valdomiro Diniz. Eu deixei um mês antes. Ele já era funcionário do Aldo quando aconteceu a denúncia contra ele. Então eu tive uma experiência fantástica. Depois, interagi muito com os ministros, organizei as visitas quase mensal a cada ministério, para fazer um balanço, para... Porque eu também jogava um papel um pouco de propagandista do governo. Eu é que ia nos ministérios, reunia todo o primeiro escalão e falava qual era a estratégia, qual era a visão, o que nós íamos fazer, o que o governo estava fazendo. Eu sempre joguei esse papel, no PT e no governo. Também tinha a confiança e o apoio do Lula, porque o Lula me apoiou, independente que eu acho que ele preferia, mas ele sempre me apoiou e me deu toda confiança.

A. F. – E a relação com a política econômica?

J. D. – Não. A relação era... O Travassos foi muito... O Travassos. O Palocci foi muito fiel no livro dele, quando ele fala das relações comigo. Eu sempre divergi em muitos aspectos mas sempre apoiei depois que o presidente tomava a decisão; e sempre ajudei o Palocci a viabilizar as políticas. O que eu não faço é – o que muita gente faz – é discordar e depois que o presidente decide, tentar boicotar a política. Isso eu não faço. Depois que o presidente falava vai ter superávit de quatro e meio por cento, eu falei: é para fazer então. Então está bom. Então não reclame, hein. Você sabe que eu vou fazer mesmo. Ainda falava



assim: vamos fazer. Onde é que está sobrando dinheiro? Ô... Cadê os seiscentos milhões (que ficou de ajustar)? Não fez? Está aqui, ó. Trezentos. Volta para cá. Você não fez. Vai ficar dois anos aí com esse dinheiro? Então, nós enfiávamos a faca, não é. Porque também... se é para fazer, é para fazer. Então a minha relação foi boa, sempre, com Palocci. Até porque nós somos muito ligados, até hoje temos muita relação. Divergências à parte.

A. F. – Quer dizer, você não diria que tinha uma diferença de concepção geral.

J. D. – Não, tinha uma diferença de concepção. Tem. Tem uma diferença profunda. Eu tenho uma visão, cada dia mais eu expresso, agora estou até escrevendo sobre a questão de etanol, sobre... A visita do Bush e a ida do Guido Mantega para a Argentina é um fato histórico. O Guido falou três coisas na Argentina: o Brasil vai apoiar o (Banco do) (Cone) Sul, vamos tirar o dólar das negociações inter-regionais e o juro no Brasil vai ser de cinco por cento real. Isso, gente, é uma mudança...

M.M. – Radical.

J. D. – Primeiro que isso aí é a integração de um projeto (reorganizacional) nosso, que é a integração da América do Sul. É aí que cria dinamismo. Porque, além da expansão do nosso mercado interno, nós vamos ter... Porque no fundo é isso, o Brasil vai ter um mercado que é a América do Sul toda, para investimentos, para exportação de serviços, de capitais, de tecnologia, para comprar e vender, para fazer relações culturais. Isso pode criar a base de uma união sul-americana daqui a vinte, trinta anos. E segundo, o Bush veio fazer a aqui. Ele reconhece... O Brasil tem urânio, água, petróleo, gás e hidroenergia. O Brasil não é exportador de matéria-prima, o Brasil tem tecnologia e capital, tem *know how*, o Brasil vai fazer... Nós é que temos que fazer as fábricas no Equador, não os americanos, nós é que temos que fazer hidroelétrica no Equador, com empresa nossa. Tem que criar uma empresa brasileira para isso. Várias. Públicas, privadas ou só privadas. Quer dizer, nós vamos, de certa maneira, industrializar e criar infra-estrutura desses países. Mas é capital brasileiro também, tecnologia; não é só exportar máquinas. Nós podemos ter trinta por cento da fábrica ou trinta por cento da usina, ou cinquenta. É uma mudança do que o Brasil é hoje. Perigosa, mas é. Porque o Brasil é capitalista. Mas é. As empresas vão junto conosco. As americanas não estão indo. A culpa não é nossa. É da guerra do Iraque, por causa da política republicana, por causa da falta de perspectiva da... Mas as telefônicas foram. Mas são espanholas, são italianas. Não são as americanas. E a Telmex. Elas foram. Nós temos que

levar isso agora. Então é uma mudança. E o Bush veio aqui reconhecer isso, na verdade. Quer dizer, falar em normatização, em transferir tecnologia, desenvolver pesquisa e transformar numa *commodity*. Agora, para nós, nós temos que ter a nossa própria estratégia para ocupar o espaço de energia no mundo. Então... Isso, eu acho, é... E com relação ao governo, eu tinha uma concepção de desenvolvimento do país, de política econômica. Palocci tinha outra. Que no fundo é –, que ele estava certo no primeiro momento –, garantir a estabilidade. No segundo momento, 2004, 2005, quando é para fazer a transição e deslocamento, eles puxaram o freio de mão. O Banco Central... Aí já são interesses do capital financeiro, dos rentistas do país, aí já são outros interesses, que predominaram no Banco Central e na equipe dele. Isso não quer dizer que ele não queira o crescimento do país. Só que ele tem uma visão que não é a que eu tenho. Eu tenho outra visão. A visão que está expressando agora na política, de certa maneira. A mudança do Palocci para o Guido é uma mudança... não é só de pessoas, é uma mudança de visão. Agora o país deve muito ao Palocci por outro lado, porque administrou a dívida interna, desdolarizou, alongou, criou o superávit da conta corrente, liquidou a dívida interna(? externa), acumulou as reservas, estabilizou a inflação, criou uma cultura de responsabilidade fiscal. Não pode...

M.M. – Desprezar isso.

J. D. – Jogar a criança junto com a água. Fazer uma crítica ao Palocci. Palocci... Quer dizer, ele, depois que... Ele pagou muito caro também.

A. F. – Você não acha que o PT já tinha, digamos, digerido muito mal essa questão de assumir o governo com uma política econômica mais conservadora num certo sentido, e ao mesmo tempo vai (acabar naquele choque da... *(Falam juntos)*)

J. D. – Não. O PT aceitou bem. A esquerda do PT não aceitou, mas a maioria do PT aceitou. O que a maioria do PT não aceitou depois é, quando nós já tínhamos, de certa forma, criado as condições para nós...

M.M. – Fazer a transição.

J. D. – Houve um arrocho maior, e inclusive uma resistência a aumentar o capital da (Caixa Econômica), aumentar o nível de endividamento, baixar mais o juro, liberar mais crédito. Quer dizer, no fundo havia um temor... Não. Predominou no Banco Central a tese, continua predominando, que o Brasil não pode crescer mais que três e meio por cento ao ano;

se crescer, vai ter inflação, vai desestabilizar o país. E também uma aversão à participação do Estado na economia. No caso do Brasil, o Estado é que tem que planejar e que tem que dirigir o processo de desenvolvimento econômico. Evidentemente que a economia é capitalista, que é a iniciativa privada que predomina na economia. Você tem que fazer concessão para receber recurso privado onde for possível. A infra-estrutura é, basicamente, quem tem que fazer, energia, portos. Eu acho que portos, o Estado tem que sair totalmente, só ter autoridade portuária. Nós só estamos atrapalhando. Essas companhias Doca, tem que fechar tudo, na minha opinião. Isso aí... não vou nem falar o que é que é. Não mudou muito, não. Melhorou muito porque ninguém se enriquece, não é pessoal, as pessoas são sérias; mas é tudo esquema político. Não pode ser. Felizmente, no governo existe essa avaliação também, principalmente da ministra Dilma, que tem que mudar isso e mudar radicalmente. Então... Por exemplo, distribuição de renda no Brasil é aumentando salário... Tem que fazer a reforma tributária. Aumentando salário, aumentando pensão, criando microcrédito. Porque se não for assim, não vai ter. Bolsa Família, mais investimento em saúde e educação. Se não, não vai ter. A estrutura... É trinta e seis por cento a participação do trabalho na renda nacional. Era cinquenta e dois. Se não voltar a ser cinquenta e dois, nós não vamos ter um mercado interno de massa. Não vai ter uma indústria que vai modernizar e criar emprego de qualidade. Porque nós estamos criando emprego... Isso, o Márcio (Pocha) tem posto o dedo nisso, Beluzzo tem, vários, não é. Paulo Nogueira Batista, a Conceição. Sabem que nós estamos criando um tipo de... Nós temos que dar um salto tecnológico. O Brasil tem que agregar valor, agregar tecnologia; tem que retomar as políticas industriais de inovação. Mas aí, é a integração da América do Sul que permite isso. Não entender... Quer dizer, o Lula, ele... O país deve muito a ele, coisas que ele fez, tomou iniciativa. Mas a visão que ele tem de política internacional, de integração da América do Sul, a visão que ele tem da política energética, a visão que o Lula tem do social, a capacidade que ele teve de prever a importância disso, é uma coisa... Se tirar os erros dele. Que ele é conservador numa série de questões. Ele apoiou sempre a política econômica. É dele essa política econômica, não é do Palocci. É um bobagem. Porque, se fosse do Palocci, já tinha... mudado. Claro que é do Lula.

A. F. – Porque uma imagem que foi muito construída, uma imagem preconceituosa na verdade, o Lula...

M.M. – Não mandava nada. Só você que governava.

A. F. – Como se ele fosse uma pessoa manipulável.

J. D. – O Lula, dos últimos presidentes, é o que mais governa. Acompanha tudo que está acontecendo, sabe dos planos, as prioridades, das câmaras que estão funcionando, o que é que fulano está fazendo no Conselho de Política Industrial, quais são os principais problemas, o que a Dilma está fazendo na Câmara de Energia, na infra-estrutura, o que é que eu estou fazendo na Casa Civil quando estou cuidando de um problema, dos dez problemas prioritários a cada seis meses, o Lula sabe tudo, todas as prioridades. Se tem um presidente informado é Lula. Se tem um presidente que não pode falar que tomou decisão desinformado é o Lula. E se tem um presidente que trabalha é o Lula. O sujeito trabalha que nem um jumento. Trabalha, ele trabalha... Oito horas da manhã, ele está trabalhando, até dez, onze horas da noite, toda noite. Só não trabalha sábado e domingo. O que faz bem. E não aceita. Você não pode ligar para ele às dez horas para uma coisa que você pode falar às oito horas. Ele manda você tomar no cu na hora. “Ô Zé, por que você está me ligando? Vai te foder, Zé.” E bate o telefone. “Isso é conversa para essa hora? Eu estou em casa, jantando. “Fala comigo amanhã às nove horas.” E todo mundo aprendeu. Depois de dois meses, ninguém mais fez isso com ele. Ele está correto, porque ele tem que se preservar. Então, final de semana, ele se preserva, depois das nove horas, ele se preserva. “Não me dêem notícia que pode dar no outro dia”. Ele reage pior a isso do que a um erro grave que você fizer. Errou, sempre passa a mão na cabeça, “não, tem que dar oportunidade. As pessoas aprendem.” Um negócio desse, ele fica uma semana sem falar com você. “Pô, você me tirou o sono com aquela bobagem. Isso aí, quem vai resolver? Uma hora da manhã, eu vou resolver essa porcaria? O que adianta? O que eu vou fazer agora? É só dez horas da manhã que vai resolver. Você vai chamar as pessoas a uma hora da madrugada para vir no meu palácio? Tem alguma importância?” Então é um cara, inclusive, que tem noção de prioridade. É tudo... É uma sacanagem com o Lula, essa coisa que o Lula não governa, que o Lula depende de nós. Que eu era primeiro ministro, que eu era chefe do Governo... Bobagem...

M.M. – Que ele não tinha nenhuma capacidade para governar.

J. D. – Bobagem. (sussurrando (?)) Com o Lula? [ri] Se fosse com outro, até podia ser; mas com o Lula, é uma ilusão. [risos] Eu sempre digo. Câmbio, dois e oito, é duro. Mas trabalhador pega cem reais, põe no bolso, vale que é uma coisa! E quando é comida,

baratinha, todo mundo está comendo no Brasil. Então... é duro, o câmbio, os exportadores perdem, mas o país está ganhando muito: está acumulando reserva, a inflação está baixa, o trabalhador, o dinheiro... O cara fala para mim. “José Dirceu, cem real, não tem troco na maioria das cidades do Nordeste para cem real. Vale que é uma coisa os cem reais.” Para nós não vale. Mas para o país... Então... (É Palocci mesmo), então tem que... Não pode...

M.M. – (Equilibrar esse... avaliação.)

J. D. – É. Porque na vida as coisas são assim. Não pode... E que nem a oposição. Não, a oposição tentou desestabilizar o governo. Mas a oposição teve seu papel importante. Você não pode falar... daí, tirar a conclusão que tem que massacrar a oposição. Tem que denunciar a oposição, não pode deixar de denunciar, que eles transformaram uma crise política, ética, questão de caixa dois, num negócio que parecia que o Lula era o maior corrupto que tinha no Brasil, o governo, praticamente...

M.M. – É. Mas isso tinha um endereço político, que era inviabilizar a reeleição do Lula. Uma coisa que as pessoas...

A. F. – É. E também destruir a imagem do partido, claro. Que foi uma coisa muito intensa, um desgaste na imagem do PT.

M.M. – Mas é. Mas no fundo, a destruição da imagem do PT estava vinculada à reeleição do Lula também. O objetivo maior é esse.

A. F. – Claro. Mas o partido, teoricamente, vai além desse horizonte.

J. D. – É. Esse é o desafio agora do PT. Como ele vai se capacitar para, depois, para 2010... Apesar que o Lula vai ter um papel muito importante no PT e no Brasil depois de 2010. Se ele sair do governo como está hoje, pode até ser candidato em 2014. Isso não é impossível. O importante agora é reorganizar o PT para esses próximos vinte anos, porque ele tem que... porque o Lula...

M.M. – Começar uma nova etapa.

A. F. – A aliança com o PMDB, era um pouco a visão que você tinha no início do governo?

J. D. – Era. Mas... Quer dizer, tanto o Aluizio Mercadante, ali no Senado, como o Lula, que eu acho que o Lula, de certa maneira, acabou apoiando a decisão do Mercadante,

cometeram um erro, que eles não quiseram fazer um encontro e renovar a direção do PMDB e ser maioria no PMDB quem tinha apoiado o Lula. E de certa maneira se acomodou com Renan Calheiros, com Sarney, que virou um aliado real, e com Michel Temer, e não trouxe o PMDB para o governo; como, depois, teve que trazer, no Ministério da Saúde e de Minas e Energia. Como eu falava. Se é para trazer o PMDB todo, primeiro você tem que ganhar o PMDB. Ter uma direção que era possível, que agora não foi, mas naquela época era, de renovar. Segundo, tem que dar ao PMDB o peso que ele tem. Não se fez. Aí nós ficamos patinando na maioria. No Senado, nós tivemos maioria porque Eduardo Siqueira Campos, o ACM e o Sarney nos davam maioria. Nós tínhamos sete, nove votos, sempre, no PMDB e no PFL; e às vezes, um ou outro, em partidos que foram indo para a oposição, como o PDT. Na Câmara tinha porque era muito grande a base do governo; mas com muita dificuldade. E que levou a uma hipertrofia do papel do PP, PL e PTB. Porque se o PMDB estivesse com o Lula... Porque você tem que pensar assim. O ideal é ter três partidos com maioria, no máximo. O ideal é dois. São duzentos e cinqüenta e sete deputados e quarenta e um senadores. Mas como isso no Brasil, pelo pluralismo, pelas características das nossas... desenvolvimento político, que nós passamos de 36 a 88... de 37 a 46, nove anos de ditadura, e 64 a 84 – vamos pôr só 84, mais vinte, então... Então o país não está nem no... Não é essa Brastemp. Então, três partidos formar maioria na Câmara e no Senado. Nós temos que mexer com nove e com onze. Então aí... há os problemas todos. Entendeu? E aí nós erramos. Lógico que nós erramos. Como erramos em sair do PT, ir todo mundo para o governo, não dar atenção ao PT, não acompanhar o PT; como erramos em não combinar estabilidade com desenvolvimento; como erramos em não combinar mobilização social com governabilidade parlamentar. Os erros, nós pagamos depois, na crise. Erramos muitas vezes por não fazer a denúncia do governo Fernando Henrique também. Porque nós também, muitas vezes, deixamos de fazer; e depois, eles fizeram e como fizeram conosco. O que nós passamos de maio de 2005 até a eleição do Lula agora, a reeleição, foi...

M.M. – Um sufoco.

J. D. – É. De certa maneira, eu estava predestinado a pagar esse papel. Pagar o pato, pelo papel que eu desempenhava. Eu era o líder do PT, eu era o principal articulador do governo, eu era a principal... quem tinha mais visibilidade depois do presidente era eu. Eu fiz, por isso também, porque a minha personalidade é uma personalidade que eu ocupo os

espaços. Eles achavam, o que é uma bobagem, que, eu saindo do governo, o governo ia parar. O que é uma bobagem. É subestimar os outros quadros, subestimar o PT e subestimar o que é a máquina pública no Brasil. Que ela funciona assim. Porque eu estou lá ela funciona. Até porque a Dilma e outros teriam capacidade, não era só a Dilma, porque ele tinha o Ciro, ele tinha o Palocci, ele tinha outros. Ele podia fazer... Muitos quadros ele tinha para... não só do PT como de outros partidos, para colocar no meu lugar. E reorganizar também. Porque aquilo foi um momento e uma fase. Da mesma maneira, eu não seria, em 2005, já chefe da Casa Civil, em 2006, como eu fui em 2005. Talvez eu até me afastasse, por causa da campanha eleitoral. Pedisse para sair para fazer campanha. Que eu não ia ser candidato. Eu já tinha tomado essa decisão. Então eu também... A minha personalidade, os meus erros podem ter agravado um pouco a situação; mas estava escrito o que ia acontecer comigo, porque a oposição precisava me cassar. Precisava. E fazer aquela denúncia, aquele escândalo. Se você ler a denúncia do procurador geral da República, que ele me acusa, ele não tem prova nenhuma. Jamais, num tribunal, aquilo ali passa. Porque é uma acusação política. E escrita de uma maneira de marketing político, inclusive, eleitoral; a maneira como ele organizou, as três quadrilhas, tudo, os quarenta, o número quarenta, tudo feito... uma coisa pensada, planejada. Que é a idéia que ia fazer o *impeachment* do Lula, que eles tinham medo de nós, da mobilização e... Porque também, se eles chamam o *impeachment* do Lula, o meu papel... eles também pensaram nisso – eu viro, eu dirijo o processo para defender o mandato do Lula. Se eles cometem o erro de fazer o *impeachment* do Lula naquele momento, eu, imediatamente, sou... viro protagonista no PT. O PT ia me chamar. Tem alguma dúvida? Eu passava a ter legitimidade para defender, porque não era eu que estava em jogo, era o Lula. E eles não cometeram esse erro. Mas comigo, enfiaram a faca até final. E depois, eu passei seis meses sob campanha, porque a mídia, durante seis meses, de maio até outubro, eu fui... Isso teve um efeito devastador sobre a minha imagem. Agora, melhorou. No Nordeste, principalmente, onde o Lula e o PT é muito forte, já ficou muito residual. Mas no Sul, em São Paulo, é grave; e no Sudeste, não é boa. No Sul, está se recompondo. Mas eu também, agora, me profissionalizei. Eu estou fazendo uma coisa grande, bem organizada, para dois, três anos. Não estou brincando em serviço, não. Eu trabalho que nem um condenado para poder ter as condições de fazer, e estou fazendo.

A. F. – Está trabalhando com consultoria?

J. D. – Trabalho com consultoria e trabalho num escritório de advocacia. Que eu já tinha tido, errei de sair. Agora, não faço mais isso. Não é obrigado a sair, você pode pedir licença. Escritório de advocacia, é uma coisa para mais dois anos, três, vai dar uma renda pequena. A consultoria não. Consultoria é uma coisa que, se tem sucesso, você ganha. Como eu tenho experiência, capacidade e relações, aí eu... Mas nada... É uma coisa modesta, porque eu não quero dedicar mais que um terço de meu tempo a isso. Se eu me dedicasse o meu tempo todo, daqui a cinco anos eu estava... Todo mundo fez, não é. Só que no meu caso tem suspeição, nos outros não tem. O Malan pode sair de oito anos de ministro, de economista a presidente do Conselho do Itaú. E eu não posso dar consultoria para empresas pequenas e médias, não posso levar empresas para o exterior, para trabalhar no Peru, que eu sou amigo do Alan Garcia, na Venezuela, na Nicarágua, na Republica Dominicana, na Argentina, que o Kirtchner me atende e tudo, eu não posso. Aqui no Brasil, não dar consultoria... eu não dou consultoria para concessionária. Deixei de dar consultoria para o (Carlos Slim ) porque é concessão. ( Vieram ) me pagar. Eu pedi, não é, eu não... Falei, não. Aqui tem compra de interesse. Então... Mas também não... Quer dizer, para o que aconteceu comigo, eu não tenho queixa da situação que eu estou. Estou muito bem. Que eu preservei minha saúde, que era um problema, um risco grande, não é. O que aconteceu comigo, é um risco de eu ter...

M.M. – Barra pesada.

J. D. – Preservei minha família, que é uma coisa... Minhas filhas não... passaram essa crise, eram minhas de quinze, dezesseis anos, hoje estão com dezessete, dezoito, podia ter tido uma consequência maior. E eu tenho estrutura para mim fazer política. Eu não vivo sem fazer política. Então... E a militância do PT, aonde eu vou, é festa para mim. Aonde eu vou. Eu fui agora aí, essa plenária, esse ano, fui a Salvador, que não é um lugar bom para mim a Bahia, depois do Rio Grande do Sul, é o menos... assim, onde eu tenho mesmo... Que é diferente, hoje, em São Paulo. Hoje eu... todo mundo... Então... A minha relação com o Lula e com o governo é boa. E eu não me meto, eu não participo. Quando me pedem, eu faço as coisas, quando pedem a minha opinião eu dou, mas eu não... Todo mundo me apóia. Tirando Tarso Genro, que tem legítima disputa comigo e faz oposição e tudo, no governo, todo mundo me apóia. Até demais. Eu às vezes me critico, que não devia ir, não devia falar. Porque também não quero que o governo me defenda nem que apóie a minha anistia, e nem o PT. Isso não tem nada a ver com o PT. Vou fazer anistia com a militância do PT e com a



sociedade. Ou tenho força para fazer isso ou não tenho. Não quero que o PT toma a decisão “vamos fazer campanha de anistia de José Dirceu”. Está errado. Ou então o governo. O governo não tem que se meter em nada disso. Como eu falei na cassação, não quero que ninguém me defenda, eu me defendo sozinho. O Lula não tem obrigação de me defender. Ele é presidente da República, tem que cuidar do país, não cuidar de mim. Eu falei para ele. Ele me apóia, evidentemente, mas... tem apoio e apoio, não é. Eu vou tocar a minha vida. Não tenho expectativa a curto prazo. Estou preparado para uma luta longa.

M.M. – Mas você já está acostumado. Você sempre trabalha na luta longa.

J. D. – Quer dizer, eu acho, cinquenta por cento, eu agüentei, pelo que eu já tinha passado. Talvez, outra pessoa no meu lugar, que não tivesse passado...

M.M. – Claro. A sua trajetória te deu um...

J. D. – Eu também já... mais ou menos já... eu já tinha feito isso na vida outras vezes. Eu, quando começou a chegar em setembro, eu comecei a tirar passaporte já normal, alugar lugar para escritório, preparar minha casa de Vinhedo, preparar para reabrir minha firma de consultoria. Que eu tinha aberto em 98. Eu já tive essa firma. Então comecei a mudar tudo. Já comecei a preparar. Quando cassou, uma semana depois estava tudo mudado já. Não perdi dois meses.

M.M. – Você converteu um...

J. D. – Acho que a Câmara deve, pode apoiar minha provável anistia. Não é difícil. Não é impossível. É difícil, mas não é impossível. O ideal é que o Supremo julgasse. Mas o Supremo está numa situação... O Supremo tem que arquivar a denúncia. Não tem como aceitar a denúncia. Mande fazer a investigação de novo. Mande me acusar, num juízo federal, de alguma coisa. Mas tem que pegar uma coisa e me acusar real. Não conseguem. Eles nunca provaram nada contra mim. Essa coisa toda que fizeram no BMG, quando chegou a hora de fazer a denúncia, não me incluíram. Porque não tem como me incluir. E cada denúncia que eles picarem para fazer, não denúncia no papel, geral, eu não entro.

A. F. – Quando tentam objetivar, não...

J. D. – É. Não tem. Eu não participei. Posso até responder por isso, mas me cassaram já, já paguei por isso. Sai da direção do PT, sai do governo, tudo. Então, o resultado político

é... é juízo político, o eleitor que decide. Depois, se eu for candidato a deputado federal, eu vou ter ou a mesma votação ou perto da votação que eu tive em 2002, em 2010. Não agora, em 2006, eu teria, talvez, a metade. Então também... Depois que Palocci e Genoíno foram eleitos, todo mundo sabe que eu seria eleito.

M.M. – É. Certamente.

J. D. – Então... Mas eu tomei uma decisão. Porque o sentimento médio da militância do PT é que eu não devia renunciar. Eu senti isso. Que eu devia lutar. Então eu também não... Para mim, é mais importante preservar minha relação com a militância do PT, que é a fonte da minha legitimidade, do que eu ser deputado de novo e ter elegibilidade. Porque direito político eu tenho, eu posso votar, posso ser ministro, posso ser embaixador, posso ser secretário. Eu posso exercer cargo público. Eu não posso é ser votado. Porque no Brasil se desassociou cassação de direito político de inelegibilidade. Para cassar, eu tenho que ser condenado, transitado e julgado na Justiça, num crime que leve à cassação dos direitos políticos. Porque a Câmara não cassa direito político. No caso do Collor, o Senado agravou a pena a ele. Foi o Senado que fez isso. Incluiu a cassação dos direitos políticos por dez anos. No meu caso é oito, que é da lei. Que era quatro. Foi o PT que aumentou para oito. Eu, inclusive, ajudei. [ri] A vida é dura. A vida não perdoa a gente.

A. F. – Está ótimo.

M.M. – Depois a gente... Bom. Eu te agradeço.

J. D. – Não. Se vocês quiserem, depois, rever, refazer alguma coisa, eu estou às ordens.

A. F. – Não, não. Está ótimo. A gente está trabalhando muito com esse... Eu sei até que tem uma certa... Não sei como está isso agora. Mas está uma discussão sobre a possibilidade de mudar a data do congresso. A princípio, nós continuamos com a data de julho.

J. D. – Eu sou contra. Eles querem mudar porque vão perder. Mas lógico. Você vê, a Maria do Rosário disse na imprensa hoje “não, eles organizaram-se em torno do...” É porque eles queriam tirar o Berzoini, muitos deles de maneira oportunista, porque a mídia queria tirar, a direita, inclusive para... mais um que ia. Porque ficava sem âncora o Campo Majoritário, ou outra chapa, que já não é mais a do Campo Majoritário funcionando no Brasil. Que já é outra coisa. Evidente que Berzoini joga um papel importante. Porque ele foi

eleito presidente diretamente, ele tem legitimidade. E evidente que nós vamos ganhar contra, até porque podemos fazer aliança com o grupo da Marta, do Luís Falcão, tudo. E o Tarso cometeu mais uma vez um erro. Ele criou uma (tese), com a DS, setenta por cento é DS, lógico, tem o apoio de lideranças importantes do PT, a intelectualidade, de prefeitos, governadores, mas não tem força no PT para... E ele cometeu o erro de falar da comissão ética e programática de refundação. Porque essa tese da refundação não tem eco no PT, nem o Lula aceita. Porque isso aí é o começo de uma coisa que acaba, acabou mal em todos os partidos. Todos. E vai ser no PT também. E a coisa de corrupção e de programática, eu falei, tudo bem. Só que não é comigo não, não é? É com o governo e com o senhor que é presidente. Com o PT todo, porque... A não ser que ele vá individualizar. Então eu quero uma comissão de ética. Então eu quero a comissão de ética, para ele dizer para mim que... eu vou chamar ele como testemunha e o senhor também, todo mundo, mas vamos com a imprensa presente, porque eu não tenho nada para esconder. Imagina se eu tenho alguma coisa para esconder. Não tem uma pessoa que tenha a vida mais devassada que eu no Brasil, não tem nada provado contra mim. Eu vou ter preocupação com Tarso Genro, que está falando que tem (corrupção) e programática? Vamos conversar, analisar todos os problemas que o PT teve desde 95 que eu sou presidente. Tudo que... Começando pelo Rio Grande do Sul. É lógico, não é, porque... vamos começar por cada problema que o PT teve, importante, grave, inclusive o que teve no Marcos Valério, caixa dois de tudo. Menos que noventa por cento do PT ficou contra. Então, primeiro, os signatários somos nós. Nós não vamos assinar isso assim. Nós não assinamos. Era uma coisa assim. Depois que as pessoas todas foram punidas, gente. Como é que falam que as pessoas não foram punidas. O que é que é isso? As pessoas foram massacradas. Tudo para pegar cadeia e em dois anos na Justiça. Vem dizer que as pessoas não... que houve impunidade no PT. O que é que é isso? É uma aberração. Só a mídia que nós temos é que uma coisa dessa passa. Quer dizer que o Delúbio Soares não foi punido? Como é que pode uma coisa dessa? O cara foi expulso do PT, acabou a vida dele, acabou a vida familiar do cara; o cara está respondendo dez, quinze processos na Justiça criminal. O cara não pode andar na rua. Não foi punido? O Ciro Pereira não foi punido, rapaz? O pessoal do dossiê, e foram todos expulsos do PT, todos desfilados, todos respondendo a processo. O que é que querem mais? Não é pretexto para luta interna, gente, para ficar tentando ganhar maioria com esse assunto da ética. Não agüenta cinco minutos de investigação sobre quem está falando. Cinco, não agüenta. Não agüenta uma revisão histórica

do que aconteceu. Essa tese aí do manifesto, tudo, que falam, tudo, mas o Geraldo Magela foi acusado na época de ter recebido dinheiro de caixa dois. Estava sendo proposto o nome dele para ser ministro agora. Então diz que os outros fazem isso, tudo está errado. Está é... uma hipocrisia tremenda. Meu problema é esse. Que se eu falo... Eu sou a pessoa mais informada do PT. Não pode falar na minha frente. Se falar na minha frente tem resposta na hora. Então, quando eu entro na disputa política, a mídia vem com tudo porque sabe as conseqüências. Porque a militância do PT, quando me escuta falar isso, noventa por cento me aplaude. Tem dez mil pessoas, oito mil concorda comigo. Não quer dizer que concorda...que não me responsabilize por graves erros no PT; são coisas diferentes. A militância tem discernimento para saber os erros que eu cometi, porque a militância não é retardada, ela tem... Agora, essa não, ela fala, não, aí não. Querem responsabilizar o Zé Dirceu, vamos falar de outras coisas, que tem bastante coisa contra o Zé Dirceu. Agora aí não. Isso não faça, porque é hipocrisia de vocês. Vocês não vêm falar. Porque eu te conheço, estou com você o dia todo, sei que não é verdade isso que você está falando. Que a militância sabe tudo. Não pensa que a militância do PT não sabe. Não digo os filiados. Eu digo a militância, o cara que milita, que dirige o PT. Porque o PT tem cinqüenta mil dirigentes. Se você somar todos os membros dos diretórios...

M.M. – Cinqüenta mil dirigentes?

J. D. – Se você somar todos os membros de diretório municipal, todos os assessores, tudo que é a burocracia do partido, e a liderança do partido e a representação do partido, dá uns quarenta, cinqüenta mil militantes. E esses militantes sabem tudo. Sabem muito bem quem fez caixa dois e quem não fez, quem... Conversa. Agora, em 2006, minha gente. O cara declara que gastou setecentos e cinqüenta mil reais na campanha. É brincadeira. Não dá para pagar nem os aluguéis, a gasolina. Não é que não tenha gente que se eleja com isso. Tem. Porque são casos... tem, de massa, voto regional, voto concentrado numa categoria. E depois que nós fizemos eleição, durante vinte anos, com apoio do sindicato, gente. Então... Isso é crime também, é caixa dois também, é ilegal também. E pior. É um desvio de finalidade grave, não é, porque o dinheiro é do associado, para ser apoio da campanha eleitoral de um partido. É muito mais grave. E nunca ninguém... Todo mundo acha natural continuar. E continua. Então... A pretexto de combater o caixa dois e denúncia de corrupção, eu sempre falo, tanto nós dentro do PT usamos isso para luta interna como a direita usou para

tentar nos destruir. Quer dizer que nós não erramos? Não. Quer dizer que nós erramos. Não pode passar a mão na cabeça, falar – não, está tudo certo na executiva. Lógico, nada certo. Se um tesoureiro autoriza dívida de oitenta milhões, não pode estar certo, alguma coisa está errada. Tem coisa errada. Mas não é que o cara é corrupto, o cara não é ético. O cara cometeu erros políticos graves. Você pode até fazer uma valoração. Agora querer responsabilizar o Delúbio Soares sozinho... Ah! gente, o que é que é isso?! Quem autorizou contratar vinte milhões em show? Quem autorizou a metade da receita do PT para comprar equipamento financiado no Banco do Brasil, de informática? Como é que pode uma coisa dessa? Eu nunca autorizei dez por cento da receita do PT para fazer dívida ou investimento. Mas nunca! Um milhão? No máximo cem mil reais. Mais do que isso não autorizo. Mas não... Esquece. Porque tem investimento, tem custeio, tem pessoal e tem que manter a estrutura do PT. A executiva autorizou. Agora, ninguém fala isso mais, que ela autorizou. Que começou aí as dívidas do PT, a bola de neve, os erros. E depois, o tipo de direção que foi se formando, não é, que perdeu a formalidade, perdeu o registro. Quando eu era presidente, comigo... até pela minha personalidade, pelo meu modo, ninguém fazia as coisas sem eu saber não, nem sem eu concordar. Não tinha subpresidente, não tinha secretário-geral que não era secretário-geral, o outro exercia as funções. Nunca permiti isso. Eu sempre fiz muita questão, até pela minha educação, minha formação de burocrata. Comigo não tem... Burocrata no bom sentido da palavra, que eu sempre fui. Comigo, as coisas funcionavam dentro das normas e das regras, cada um na sua função e cada um... e prestação de conta e controle. E responsabilidade individual. Decisão coletiva, responsabilidade individual. Não tem esse negócio que depois a responsabilidade, quando você toma, é do coletivo. Porque também, o inverso eu não aceito. Mas isso já é história. Não adianta. A imagem que ficou é outra. A imagem que ficou é outra. Mas eu vou lutar.

M.M. – É. Mas as coisas também...

J. D. – Eu vou fazer a luta agora com o Supremo. Estão pensando que podem...

A. F. – Acho que até essa coisa da imagem também... A perspectiva vai mudando.

J. D. – Eu falei para a imprensa anteontem. Falei: “Olha, vocês todos estão aqui. Eu sou acusado de quê? Eu sou acusado de ser chefe de quadrilha. E vocês acham que eu posso aceitar que vai julgar daqui doze anos? De jeito nenhum! Tem que me julgar agora.

M.M. – É. Você tem toda razão.

J. D. – Não. Por que é que me acusou? Então não me acusasse. Fizesse uma denúncia, capitulasse uma série de coisas, falasse, tais e tais coisas... Mas o cara me acusou de ser chefe de uma quadrilha de quarenta pessoas. Sendo que, daquelas quarenta, eu nunca vi na minha vida, nunca falei, nunca tive contato nenhum com dois terços das pessoas. Nunca tive nenhuma relação em nada na minha vida. Daqueles quarenta lá, tem trinta que eu nem sei quem é. Nunca. Conversei uma vez em três anos. Nunca tratei nada com eles. Nunca dirigi, nunca fui responsável... De tudo que está denunciado lá, eu não tenho responsabilidade sobre nada. Nunca estive sob minha responsabilidade. Eu não era mais o presidente do PT, não era da executiva, eu não era deputado, como é que pode estar sob minha responsabilidade? Eu não era mais articulador político do governo desde fevereiro de 2004. Porque todo mundo esquece isso, não é. Que eu não era mais. Isso aconteceu... bem, durante o ano que eu não era mais articulador político do governo. Era o Aldo Rebelo. Que a direita e a mídia não quis mexer em nada porque... vai mexer com Aldo Rebelo do PC do B? Não tem nada a ver. A coisa era comigo.

M.M. – É isso aí. Bom...

A. F. – Mas aí, então a gente até... Nós continuamos trabalhando com julho também. Quer dizer, que o livro saia em julho. Significa que a gente...

J. D. – Eu faço a revisão. Vocês me mandam, eu faço.

A. F. – É. Assim que tiver a transcrição...

J. D. – É. É bom fazer quente. Porque um dia, eu fiz a gravação de uma palestra, depois de oito meses me mandaram. Aí eu já não tinha condição nem de lembrar o que...

M.M. – Ah é. Não. A gente vai fazer a transcrição logo.

[FIM DO DEPOIMENTO]